

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - UO: 32.101

1. HISTÓRICO CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

Conforme o Decreto nº 36.236, de 1º de janeiro de 2015, que dispõe sobre a estrutura Administrativa do Poder Executivo do Distrito Federal, pelo artigo 8º, parágrafo 1º, alínea XV, foi alterada a denominação de Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento para Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Com a publicação do Decreto nº 36.825, de 22 de outubro de 2015, no DODF nº 2015 de 23/10/2015 e republicado no Suplemento-A do DODF nº 205 de 23/10/2015, Artigo 1º, a Secretaria passa a absorver a Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal, cuja denominação foi mantida, com atuação e competências nas seguintes áreas:

- I - planejamento, gestão e modernização administrativa;
- II - elaboração orçamentária;
- III - gestão estratégica governamental e gestão por resultados;
- IV - gestão e monitoramento de programas e projetos estratégicos de Governo;
- V - captação de recursos, bem como planejamento e estruturação das operações de crédito;
- VI - relacionamento com organismos internacionais;
- VII - gestão de pessoas;
- VIII - formação e capacitação do servidor público distrital;
- IX - saúde e previdência do servidor público distrital;
- X - compras e logística no Distrito Federal;
- XI - patrimônio do Distrito Federal;
- XII - tecnologia da informação e comunicação do Distrito Federal;
- XIII - avaliação de políticas públicas.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	80	120	149	224	573
Comissionados sem vínculo efetivo	60	0	111	0	171
Requisitados de órgãos do GDF	26	49	48	91	214
Requisitados de órgãos fora do GDF	5	0	8	0	13
Estagiários	0	84	0	163	247
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	19	0	13	32
Terceirizados (FUNAP)	0	25	0	0	25
Outros - especificar	0	0	0	0	108
Subtotal	171	297	316	491	1383
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	108
Total Geral	171	297	316	491	1275

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6203 – GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2985 - MANUTENÇÃO DA REDE GDF - NET / INTERNET	1.550.903,00	4.581.207,00	4.565.373,15	4.239.442,59
0003 - MANUTENÇÃO DA REDE GDF - NET / INTERNET--DISTRITO FEDERAL	1.550.903,00	4.581.207,00	4.565.373,15	4.239.442,59
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	4.306.960,00	3.317.959,00	624.897,52	624.897,52
6195 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS--DISTRITO FEDERAL	4.306.960,00	3.317.959,00	624.897,52	624.897,52
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	33.861.344,00	39.886.420,00	12.354.864,04	12.354.864,04
0029 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	33.861.344,00	39.886.420,00	12.354.864,04	12.354.864,04
1692 - IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - CeTIC	38.090.127,00	38.090.127,00	0,00	0,00
0003 - IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - CeTIC-- PLANO PILOTO.	38.090.127,00	38.090.127,00	0,00	0,00
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.417.976,00	3.246.974,00	2.853.806,72	2.396.346,62
0016 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	1.417.976,00	3.246.974,00	2.853.806,72	2.396.346,62
5126 - MODERNIZAÇÃO DA REDE GDF - NET/INTERNET	31.695.190,00	31.839.857,00	3.535.069,03	3.501.815,83
0003 - MODERNIZAÇÃO DA REDE GDF - NET/INTERNET--DISTRITO FEDERAL	31.695.190,00	31.839.857,00	3.535.069,03	3.501.815,83
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	452.432,00	180.996,00	0,00	0,00
5826 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	452.432,00	180.996,00	0,00	0,00
1072 - EXECUÇÃO DA PPP DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO DF	697.316,00	230.199,00	0,00	0,00
4008 - EXECUÇÃO DA PPP DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO DF-- TAGUATINGA	697.316,00	230.199,00	0,00	0,00
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	112.072.248,00	121.373.739,00	23.934.010,46	23.117.366,60

A seguir são apresentados os resultados das atividades desenvolvidas pelas diversas áreas de atuação da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão-SEPLAG, com as principais realizações executadas ao longo do exercício de 2017 e demonstra, em especial, o compromisso do Governo do Distrito Federal em concretizar a estratégia voltada em promover a eficiência e eficácia da máquina administrativa.

2.1- TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

No ano de 2017, em síntese, a atuação da Secretaria por meio da SUTIC/SEPLAG teve foco em quatro pontos estratégicos:

- **Manutenção e continuidade dos serviços corporativos** prestados pelo Centro de Dados e pela Rede GDFNet ao complexo administrativo do Distrito Federal. Em 2017, a disponibilidade dos sistemas e serviços foi de 99,84%;
- **Expansão do Centro de Dados e da Rede GDFNet** a fim de atender as demandas de segurança e de implantação de novos serviços prestados às demais unidades do GDF;
- **Informatização da Secretaria**, foram implementados no ano de 2017 diversos sistemas corporativos e departamentais, como:
 - PACC: criação do sistema de envio do Plano Anual de Compras e Contratações para atender a Portaria nº 421/2017 que trata de uma lista consolidada de bens e serviços que os órgãos e entidades do DF planejam contratar no próximo exercício;
 - Inova Brasília: criação do sistema de cadastro de projetos inovadores de todos os órgãos do DF, bem como a gestão das equipes e avaliação dos projetos;
 - SICP: criação do Sistema de Identificação de Concessões e Permissões para atendimento do Art.50 da Lei Orgânica do Distrito Federal que disciplina: "O Governador encaminhará, anualmente, à Câmara Legislativa Relatório do qual conste a identificação dos bens do Distrito Federal objeto de concessão ou permissão de uso no exercício, assim como sua destinação e beneficiário".

- SEI!: Suporte técnico e operacional na expansão da implantação do SEI! para os demais órgãos do GDF.
 - SIAPMED 2.0 (Sistema de Agendamento de Perícia Médica): manutenções evolutivas necessárias para incluir agendas de novos perfis e suas respectivas funcionalidades para atendimento de todas as especialidades médicas da Subsecretaria de Segurança e Saúde no Trabalho - SUBSAÚDE;
 - SFCC 2.0 (Sistema de Controle dos Contratos Corporativos): manutenções evolutivas necessárias para expansão do sistema para todo o GDF;
 - SISCOPEP 2.0 (Sistema de Controle de Emendas Parlamentares): manutenções evolutivas necessárias para acoplar todos os perfis e suas respectivas funcionalidades no fluxo completo da criação a execução das emendas parlamentares de todo o GDF e Câmara Legislativa do DF;
 - Portal do Voluntariado: manutenções evolutivas necessárias para melhoria no fluxo de funcionamento do sistema, bem como a melhoria no atendimento ao voluntário e entidades do DF;
 - Chargeback: manutenções evolutivas necessárias para incluir informações de toda a infraestrutura do Centro de Dados - CeTIC;
 - SISCOPEP (Sistema de Gestão de Contratos e Convênios): manutenções evolutivas e corretivas necessárias para funcionamento correto do sistema;
 - SISCAP: manutenções evolutivas necessárias para utilização do sistema no novo fluxo de serviço da Subsecretaria de Captação de Recursos - SUCAP.
 - Webservice do SIGRH (Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos): manutenção evolutiva no Webservice com incremento de funcionalidades e campos necessários para atendimento dos sistemas externos à SEPLAG, como por exemplo, CAESB no projeto COMPRAS_DF.
 - SIGRH: Sustentação do SIGRH;
 - Criação do processo seletivo de estagiários, onde foram aplicadas duas seleções externas por meio de provas teóricas e práticas visando o fortalecimento da área de desenvolvimento de sistemas com estudantes mais qualificados para o processo de ensino-aprendizagem. Nesse processo, participaram 62 alunos na primeira rodada de seleção e 74 na segunda rodada. Desses 136, 28 foram aprovados para a segunda fase do processo seletivo, tendo como aprovados finais 08 para a área de desenvolvimento. Os demais formaram um cadastro reserva e são requisitados a medida em que surge novas vagas.
- **Melhoria dos equipamentos de microinformática**, onde foram adquiridos no presente ano scanners de produção e microcomputadores.

PRINCIPAIS RESULTADOS REDE GDFNet (2017)

A Rede Corporativa Metropolitana do GDF – GDFNet é uma rede de dados que atende aos Órgãos e Unidades Administrativas do Governo Distrital disponibilizando acessos para comunicação entre as Unidades e das Unidades à rede mundial Internet. Atualmente é formada por fibras óticas, rádios comunicadores e serviços contratados de acesso à internet e links contratados na tecnologia MPLS (*Multi-Protocol Label Switching*) para atendimento a várias Unidades do Complexo Administrativo do Governo de Brasília.

EVOLUÇÃO DA REDE GDFNet

GDFNET REDE PRÓPRIA (FIBRA ÓTICA)	
Até 2014	141
2015 – 2017	63
Da Secretaria de Saúde	19
Da Secretaria de Educação	15
Demais Órgãos	29
Total de Órgãos atendidos	204
Demais Órgãos	52
Total de Órgãos Atendidos por essa Tecnologia	270

GDFNET GERAL (PRÓPRIA E TERCEIRIZADA)	
Até 2014	341
Total 2015 – 2017	133
Da Secretaria de Saúde	37

Da Secretaria de Educação	15
Demais Órgãos	81
Total de Órgãos Atendidos por essa Tecnologia	474

OUTROS RESULTADOS OBTIDOS NO PERÍODO:

Projeto
Manutenção dos serviços de comunicação prestados pela Rede GDFNet
Manutenção da rede de rádios
Novo protocolo de roteamento no backbone e Data Center
Implementação de política de restrição de acesso à internet no âmbito da Rede GDFNet (redução facebook e outros entretenimentos).
Aquisição de novos switches de borda, permitindo a ativação de novos pontos de fibra ótica
Manutenção dos contratos de links de internet, assegurando acesso à internet aos usuários da Rede GDFNet
Contratação de serviços de manutenção de fibra ótica, reduzindo o tempo de interrupção e atendimento aos usuários desse segmento da rede.

PRINCIPAIS RESULTADOS DATACENTER (2017)

O Centro de Dados – CeTIC é o ambiente corporativo da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão onde estão armazenados todos os dados sistemas corporativos de governo. No ano de 2017, o CeTIC teve um percentual de disponibilidade de 99,84%, tendo sido contabilizadas 14 horas de indisponibilidade dos serviços de TI prestado pelo ambiente.

OUTROS RESULTADOS OBTIDOS NO PERÍODO:

Nome do Projeto
Manutenção dos serviços prestados pelo CeTIC
Conclusão da Reforma/Expansão da infraestrutura do CeTIC, aumentando a área para armazenamento de equipamento.
Envio de intenção de Participação em Registro de Preços Federais, buscando menores custos para a sustentação dos serviços prestados pelo CeTIC
Aquisição de servidores hi-end para o CeTIC
Aquisição de biblioteca de fitas de backup, aumentando a capacidade de produção de cópias de segurança dos dados armazenados no CeTIC
Aquisição de licenças Microsoft para datacenter
Aquisição de licenças Microsoft Office
Aquisição de licenças Oracle Database
Criação de ambiente de banco de dados de alta disponibilidade dedicado para o sistema SEI!;
Manutenção nos Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados;
Contratação de licenças para Oracle Database;
Atualização do ambiente de Desenvolvimento SQL Server / IIS;
Apoio técnico na implementação do Portal de Dados Abertos;
Atualização do ambiente de monitoramento de banco de dados SQL Server;

Nome do Projeto
Implantação de novo ambiente de monitoramento de banco de dados Oracle;
Manutenção da Infraestrutura do ambiente de Business Intelligence
Criação de ambiente de banco de dados de alta disponibilidade dedicado para o sistema SEI!;
Manutenção nos Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados;
Publicação de Serviços na Intranet e Internet para todo GDF (Serviço de DNS) - Tal ação envolve esforços diários com correções, alterações e novas publicações.
Serviço de Backup -Tal ação envolve esforços diários com correções, alterações e inserção de novas rotinas de backup, seja de servidor de arquivos, de datastores, objetos de AD, serviço de Exchange e demais serviços.
Serviço de Restauração de backup - Tal ação envolve esforços diários com restaurações de arquivos deletados/alterados, de servidores virtuais, objetos de AD, correios eletrônicos e demais serviços.
Gestão de Domínios - Tal ação envolve a criação de usuários no domínio, alteração de perfil, bloqueio e desbloqueio de contas, aplicação de políticas de grupos, alteração de senha e demais ações envolvidas a este serviço.
Gestão de Serviço de Mensageria - Tal ação envolve a criação de usuários no domínio de e-mail, alteração de perfil, bloqueio e desbloqueio de contas, criação de grupos de distribuição, alteração de senha e demais ações envolvidas a este serviço.

PRINCIPAIS RESULTADOS GOVERNANÇA E COMITÊ GESTOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - CGTIC (Jan-Dez/2017)

Nome do Projeto	Status do Projeto
Plano Diretor de TIC 2017-2019	Publicado e em fase de implementação
Capacitação de servidores em ITIL (InformationTechnology Infrastructure Library) V3 e de COBIT (Control Objective for Information and Related Technology) V5	Concluída a parte referente ao ITIL
Grupo de Trabalho para identificar formas de gerar relatório gerenciais dos gastos de TIC por meio das Rubricas Orçamentárias	Aprovado e implantado
Grupo de Trabalho para elaboração de cartilha para minimizar os Riscos na Recepção de Software	Aprovado. Aguardando publicação de Resolução do CGTIC

PRINCIPAIS RESULTADOS DE SISTEMAS (2017)

No ano de 2017 a área de desenvolvimento de sistemas se dedicou na manutenção dos sistemas atualmente utilizados pelo complexo administrativo do GDF, bem como na evolução de alguns desses sistemas para atender outras necessidades das áreas de negócio, como a criação das agendas da SUBSAUDE no sistema SIAPMED e os módulos parlamentar e Casa Civil no SISCONEP. Atuou também fortemente no apoio à expansão da implantação do SEI! nos diversos órgãos do GDF, em grande parte, sua área de atuação foi balizada no acordo de resultados da SEPLAG.

Outro ponto a ser destacado foi a criação de sistemas administrativos estruturantes que auxiliam a gestão, como por exemplo o PACC, que contém o Plano de Compras e Contratações do GDF para 2018, podendo a SCG se programar e racionalizar os gastos da administração pública, e o SICP – Sistema de Identificação de Concessões e Permissões que atende ao Art. 50 da LODF.

OUTROS RESULTADOS OBTIDOS NO PERÍODO:

Nome do Projeto
Manutenção e sustentação dos sistemas administrativos estruturantes como SIGRH, SISCON, e-Compras e SICOP WEB
Evolução do Portal do Voluntariado, SISCAP e Webservice do SIGRH

Nome do Projeto
Licitação do novo sistema de RH
Apoio técnico a implantação do SEI! em outras unidades do GDF
Apoio técnico no projeto COMPRAS_DF
Criação dos artefatos da IN 4 SLTI/MPOG para contratação de fábrica de software de manutenção de sistemas legados, fábrica de software do projeto COMPRAS_DF e low-code.
Repasse de conhecimento à SEF do Sistema de Relatórios de Atividades Gerenciais – SISTRAG para evolução do SIGGO
Contratação de suporte Red Hat, o que permitirá melhorar a confiabilidade do SEI!
Criação do projeto de recrutamento e seleção de estagiários

2.2 - UNIDADE DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA - UPPP/SEPLAG

O ano de 2017 foi desafiador para construção de cenários e alternativas de solução para o Contrato de Parceria Público-Privada do Centro Administrativo do Distrito Federal. Para isso, no acordo de cooperação técnica firmado, por meio do PRODOC UNOPS (Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos), produziu-se o levantamento do sistema de garantias do contrato, da identificação dos gargalos para possível ocupação do CADF, a avaliação do risco econômico e financeiro contratual, do custo do projeto, do modelo de operação e dos impactos para o equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

Ocorre que, com o surgimento de denúncias de corrupção e irregularidades, conforme divulgado pela mídia, por meio da Operação Lava-Jato, praticadas no processo de licitação e execução da Parceria Público-Privada, a abordagem de análise do acordo de cooperação técnica teve o escopo modificado. Esses novos fatos exigiram a revisão do PRODOC.

Os estudos e levantamentos elaborados em parceria com o UNOPS no ano de 2017 ocorreram concomitantemente com as atividades de acompanhamento e subsídio a esta SEPLAG sobre as demandas dos órgãos de controle, órgãos da justiça, órgãos de imprensa, ouvidoria, consórcio, instituições financeiras, entre outras instituições que solicitaram informações relativas ao Contrato de Parceria Público-Privada do Centro Administrativo do Distrito Federal.

A UPPP produziu, ainda, notas técnicas, delineamento de cenários e alternativas de solução do contrato, organizou reuniões e workshop relativos as discussões sobre o CADF, entre diversas atividades diárias de acompanhamento e subsídio de informações.

A maior dificuldade encontrada nesse projeto é a indefinição quanto a solução do Contrato da PPP frente à complexidade do tema, pois envolve uma diversidade de atores que incluem o Governo, Órgãos de Controle, o Judiciário, o Ministério Público, o Empreendedor Privado, Instituições Financeiras e o interesse da população.

Embora a remodelagem desse empreendimento aponte tantos gargalos e dificuldades, a construção da solução para o Contrato da PPP e destinação de uso do CADF é o maior desafio para o ano de 2018. Assim, o objetivo dessa Unidade é dar apoio para construção de uma modelagem negocial que traga segurança jurídica, retorno para o contribuinte e ainda coloque à disposição da sociedade um empreendimento que possa dinamizar o mercado de trabalho e a economia daquela região.

2.3 - REALIZAÇÕES DE ESTUDOS E PESQUISAS

Relacionado à ação “Realização de Estudos e Pesquisas”, em julho de 2017, foram empenhados recursos visando subsidiar a despesa relativa ao Acordo de Cooperação Técnica para Avaliação do Contrato de Concessão Administrativa para construção, operação e manutenção do Centro Administrativo do Distrito Federal – CENTRAD-DF.

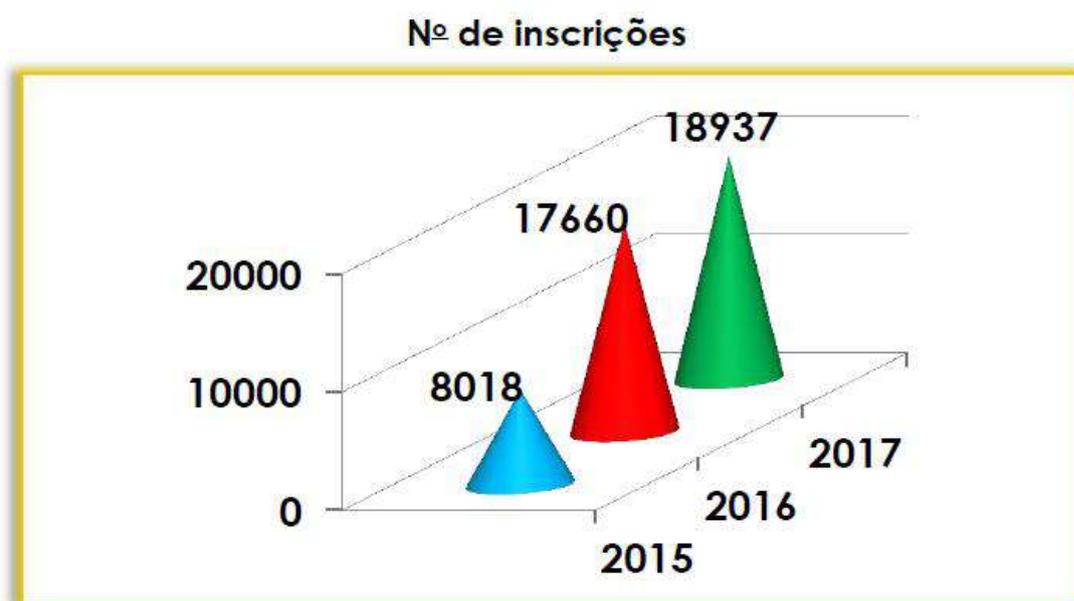
2.4 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

A Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão através de sua Escola de Governo – EGOV desenvolveu ações que buscaram ampliar a capacidade do governo na gestão das políticas públicas, contribuindo para o fortalecimento da gestão e para a melhoria dos serviços públicos.

A estrutura atual dos órgãos do governo e a assunção de novas atribuições pelos servidores tornou necessária a promoção dessas ações de capacitação, a fim de instrumentalizar os agentes públicos para enfrentarem os desafios que lhe são apresentados, por meio da atualização em ferramentas e em técnicas de planejamento e de gestão pública, para o alinhamento dos órgãos às propostas do governo e à efetividade das ações relacionadas ao gasto público.

Assim, por meio da Ordem de Serviço nº 1, de 06 de janeiro de 2016 (publicada no DODF nº 4, de 7 de janeiro de 2016), foi aprovada, pelo Diretor-Executivo da EGOV, a Programação de Eventos de Formação e Capacitação da Escola de Governo do Distrito Federal para o biênio 2016-2017, pautada nos eixos gestão de pessoas, gestão de processos e gestão de logística e de suprimentos e orientada ao aperfeiçoamento de conhecimentos, de habilidades e de atitudes dos servidores do GDF, para o enfrentamento dos principais problemas da gestão, visando ao alcance de resultados qualitativos.

Em 2017, houve inscritos um total de 18.937 servidores, sendo 3.030 na modalidade EAD e 15.907 em cursos presenciais. Houve um aumento considerável de inscritos desde 2015, como pode ser visualizado no gráfico abaixo:



2.5 – PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DO GOVERNO

➤ **Realizações**

Dentre os Programas que compõem o PPA 2016-2019, as realizações da SEPLAG estão inseridas essencialmente no Programa Temático 6203 – GESTÃO PARA RESULTADOS, tendo por Objetivo Geral "Promover a eficiência e eficácia da máquina administrativa, visando o equilíbrio fiscal, gestão eficiente de recursos financeiros, orçamentários, humanos e tecnológicos e assegurar transparência e controle social no processo de planejamento e implementação de políticas públicas e ações do Governo".

➤ **Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019**

O Plano Plurianual PPA, instrumento de planejamento governamental obrigatório (art. 165 da Constituição Federal; e art. 149, inciso I e §§ 1º e 2º, da Lei Orgânica do Distrito Federal) define diretrizes, programas, ações, objetivos, metas e indicadores do governo para o período de quatro anos, com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas.

Elaborado no primeiro ano de cada mandato do governador, o PPA orienta a elaboração das Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e das Leis Orçamentárias Anuais (LOA). Por essa razão, deve ser compatível com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) e inclui obrigatoriamente os investimentos e despesas de caráter continuado que serão efetuadas no período de sua vigência.

A Lei nº 5.602, de 30 de dezembro de 2015, dispõe sobre o Plano Plurianual do Distrito Federal para o quadriênio 2016-2019, alterada pela Lei nº 5.787, de 22 de dezembro de 2016.

Em 2017, o PPA 2016-2019, também foi objeto de revisão, por meio do Projeto de Lei - PL nº 1742, de 15 de setembro de 2017, no qual consta alteração de indicadores e atributos dos Programas Temáticos. O referido projeto de revisão do PPA foi aprovado pela Lei nº 6.061 de 29 de dezembro de 2017.

A tabela abaixo apresenta os Programas, Objetivos, Metas, Indicadores e Ações que compõem o PPA 2016-2019.

PPA 2016-2019 EM NÚMEROS						
PROGRAMAS TEMÁTICOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	INDICADORES	AÇÕES		
				ORÇAMENTÁRIAS	VALORES	NÃO ORÇAMENTÁRIAS
VIVER BEM, DIREITO DE TODOS	44	366	163	414	15.595.336.764	200
6202 - BRASÍLIA SAUDÁVEL	9	68	39	84	6.298.032.158	30
6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	4	21	7	31	491.877.381	5
6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	6	43	15	47	782.885.154	68
6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	7	87	40	76	1.834.500.252	47
6219 - CAPITAL CULTURAL	5	36	11	45	616.878.750	12
6221 - EDUCAÇÃO MAIS BRASÍLIA	6	51	27	61	3.909.365.300	25
6228 - FAMÍLIAS FORTES	7	60	24	70	1.661.797.769	13
ECONOMIA MAIS COMPETITIVA	7	57	27	94	3.133.908.914	83
6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	7	57	27	94	3.133.908.914	83
TERRITÓRIO PLANEJADO E ESTRUTURADO	14	145	45	241	17.689.011.562	99
6208 - TERRITÓRIO DA GENTE	3	37	9	48	1.415.333.952	35
6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	6	66	22	115	8.741.405.878	50
6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	5	42	14	78	7.532.271.732	14
TODOS POR BRASÍLIA E GOVERNO ÉTICO, TRANSPARENTE E COM FOCO EM RESULTADOS	8	65	40	43	2.347.428.246	41
6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	7	62	32	40	2.340.751.660	33
6204 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA	1	3	8	3	6.676.586	8
TOTAL PROGRAMAS TEMÁTICOS	73	633	275	792	38.765.685.486	423
PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	INDICADORES	AÇÕES		
				ORÇAMENTÁRIAS	VALORES	NÃO ORÇAMENTÁRIAS
6001 - DESENVOLVIMENTO	-	-	-	25	9.071.103.287	-
6002 - SOCIAL	-	-	-	23	68.714.434.439	-
6003 - GESTÃO PÚBLICA	-	-	-	33	12.682.912.072	-
TOTAL GERAL	-	-	-	81	90.468.449.798	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	INDICADORES	AÇÕES		
				ORÇAMENTÁRIAS	VALORES	NÃO ORÇAMENTÁRIAS
9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	2	561.515.118	-
TOTAL GERAL	-	-	-	2	561.515.118	-
TOTAL GERAL	73	633	275	875	129.795.650.402	423

Fonte: Lei nº 5.602/2015, alterada pelo Decreto nº: 37517, de 26/07/2016, e Lei nº: 5787, de 22/12/16

* O PPA 2016-2019 totaliza 685 ações orçamentárias que se repetem nos programas.

➤ **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2018**

Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade.
1623

Participação na elaboração da Lei nº 5.950, de 03 de agosto de 2017, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2018 e dá outras providências e formulação dos seguintes anexos:

- a. Anexo de Metas e Prioridades;
 - b. Anexo das Ações de Conservação do Patrimônio Público;
 - c. Anexo dos Projetos em Andamento.
- **Lei Orçamentária Anual (LOA) 2018**

Participação na elaboração da Lei Orçamentária de 2018¹⁷ e formulação dos seguintes anexos:

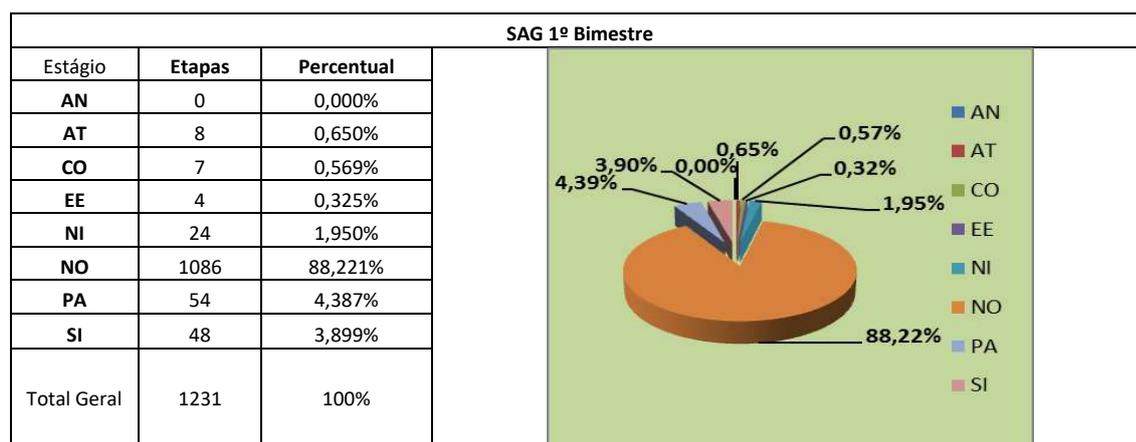
- a. Análise e disponibilização de ações orçamentárias;
 - b. Anexo das Ações de Conservação do Patrimônio Público;
 - c. Anexo de Metas e Prioridades;
 - d. Anexo dos Projetos em Andamento.
- **Acompanhamento das Ações de Governo (2017)**

Determina o art. 153 da Lei Orgânica do DF que o Poder Executivo publicará, até o trigésimo dia após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária¹⁸.

A equipe técnica da Subsecretaria de Planejamento - SUPLAN/SEPLAG realizou o acompanhamento físico-financeiro das ações que visa subsidiar a elaboração do Relatório de Desempenho Físico- Financeiro em cumprimento ao art.153, inciso III, da Lei Orgânica do Distrito Federal. O acompanhamento e controle das etapas das ações, realizado por meio do Sistema de Acompanhamento Governamental-SAG tem como principal objetivo permitir o conhecimento do conjunto de ações do governo em seus aspectos quantitativos, qualitativos, espacial e temporal, além de detectar possíveis distorções ou desvios entre o planejado e executado.

Nesse sentido, o Relatório de Desempenho Físico - Financeiro é um importante instrumento de planejamento que possibilita aos gestores demonstrar aos órgãos de controle, às demais unidades do Governo e à sociedade, os resultados alcançados durante o exercício e auxilia, ainda, na identificação ao final do exercício, do cumprimento de metas previstas no Plano Plurianual - PPA e na Lei Orçamentária Anual - LOA.

Em 2017 foram publicados os relatórios relativos ao 6º bimestre de 2016 e do 1º ao 5º bimestres de 2017 no sítio da SEPLAG na Internet.



SI – A ser iniciada; NO – Andamento Normal; NI – Não Iniciada; CO – Concluída; AT – Atrasada; PA – Paralisada; AN – Anulada; EE – Empenhado a Executar

¹⁷Projeto de Lei 1744/2018 que trata da Lei Orçamentaria Anual para o exercício financeiro de 2018.

¹⁸ Do relatório resumido da execução orçamentária a que se refere o art. 153 da Lei Orgânica do Distrito Federal devem constar as seguintes informações: I – as receitas, despesas e a evolução da dívida pública da administração direta e indireta em seus valores mensais; II – os valores realizados desde o início do exercício até o último bimestre objeto da análise financeira; III – relatório de desempenho físico-financeiro.

QDD	1º Bimestre
Nº de Programas de Trabalhos - PT	2732
PT's Empenhados	895
Percentual	32,76%

SAG 2º Bimestre		
Estágio	Etapas	Percentual
AN	4	0,271%
AT	9	0,609%
CO	14	0,948%
EE	3	0,203%
NI	26	1,760%
NO	1327	89,844%
PA	66	4,469%
SI	28	1,896%
Total Geral	1477	100%

Estágio	Percentual
AN	0,27%
AT	0,61%
CO	0,95%
EE	0,20%
NI	1,76%
NO	89,84%
PA	4,47%
SI	1,90%

SI – A ser iniciada; NO – Andamento Normal; NI – Não Iniciada; CO – Concluída; AT – Atrasada; PA – Paralisada; AN – Anulada; EE – Empenhado a Executar

QDD	2º Bimestre
Nº de Programas de Trabalhos - PT	2877
PT's Empenhados	1148
Percentual	39,90%

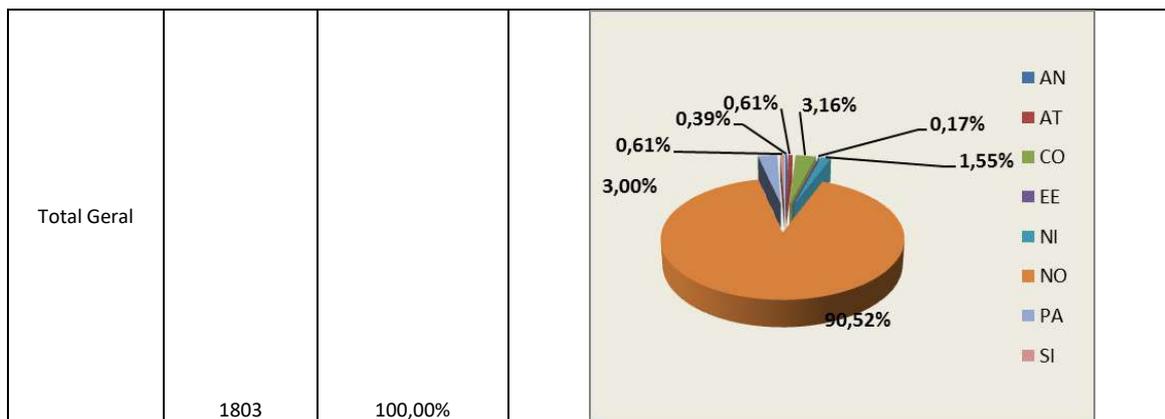
SAG 3º Bimestre		
Estágio	Etapas	Percentual
AN	7	0,425%
AT	8	0,486%
CO	32	1,944%
EE	3	0,182%
NI	26	1,580%
NO	1497	90,948%
PA	58	3,524%
SI	15	0,911%
Total Geral	1646	100%

Estágio	Percentual
AN	0,43%
AT	0,49%
CO	1,94%
EE	0,18%
NI	1,58%
NO	90,95%
PA	3,52%
SI	0,91%

SI – A ser iniciada; NO – Andamento Normal; NI – Não Iniciada; CO – Concluída; AT – Atrasada; PA – Paralisada; AN – Anulada; EE – Empenhado a Executar

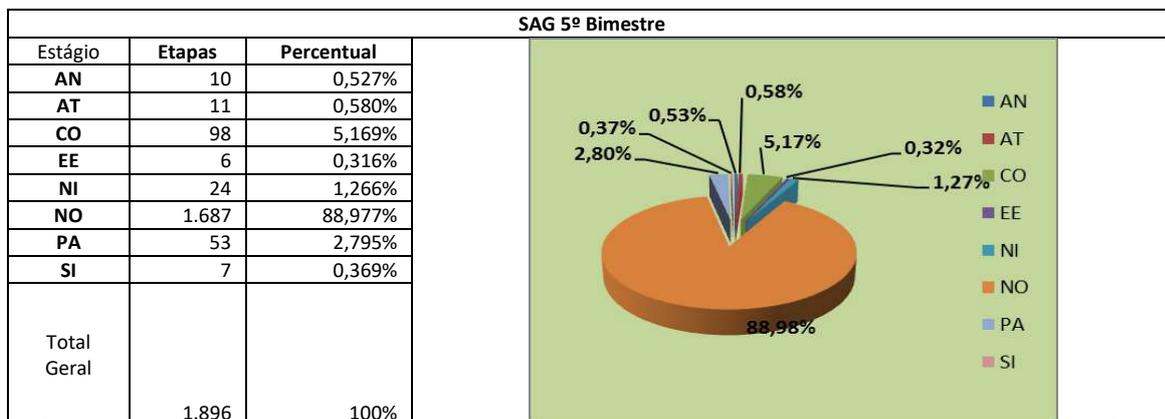
QDD	3º Bimestre
Nº de Programas de Trabalhos - PT	2962
PT's Empenhados	1334
Percentual	45,04%

SAG 4º Bimestre		
Estágio	Etapas	Percentual
AN	7	0,388%
AT	11	0,610%
CO	57	3,161%
EE	3	0,166%
NI	28	1,553%
NO	1632	90,516%
PA	54	2,995%
SI	11	0,610%



SI – A ser iniciada; NO – Andamento Normal; NI – Não Iniciada; CO – Concluída; AT – Atrasada; PA – Paralisada; AN – Anulada; EE – Empenhado a Executar

QDD	4º Bimestre
Nº de Programas de Trabalhos - PT	3138
PT's Empenhados	1447
Percentual	46,11%



SI – A ser iniciada; NO – Andamento Normal; NI – Não Iniciada; CO – Concluída; AT – Atrasada; PA – Paralisada; AN – Anulada; EE – Empenhado a Executar

QDD	5º Bimestre
Nº de Programas de Trabalhos - PT	3136
PT's Empenhados	1660
Percentual	52,93%

a. Aperfeiçoamento do Sistema SAG

Atualmente para aperfeiçoamento do acompanhamento físico-financeiro das ações constantes da Lei Orçamentária Anual são necessárias inovações no sistema SIGGO/SAG para melhorias em suas funcionalidades como por exemplo: realizar críticas sobre as etapas, efetuar parametrização de informações entre a LOA e o PPA e fornecer dados estatísticos para auxiliar na fundamentação de tomadas de decisões governamentais.

Visando promover as melhorias no mencionado Sistema, a SUPLAN/SEPLAG, encaminhou ainda em meados de 2016 o Documento de Oficialização da Demanda – DOD, nº 01/2016 – que resultou na Demanda nº 507/2016-SEF/DF, que especifica as solicitações de alterações no Módulo SAG. No decorrer do exercício de 2017, a equipe da SUPLAN/SEPLAG em conjunto com a SUTIC/SEF trabalharam na proposta de evolução e criação de novas funcionalidades visando melhorar a qualidade e o acesso às informações.

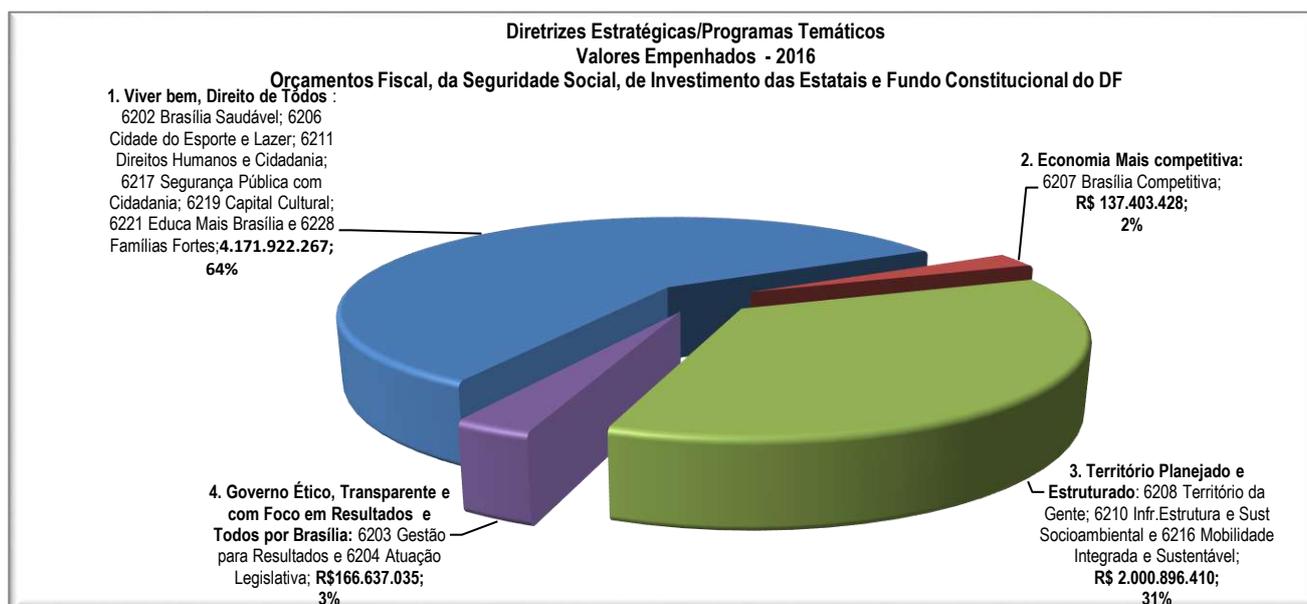
➤ Avaliação do Plano Plurianual – PPA (2016)

A Avaliação do Plano Plurianual – PPA, referente ao exercício de 2016, foi elaborada em 2017 e enviada à CLDF em 30/06/2017, de acordo com o previsto nos artigos 11 a 15 da Lei nº 5.602/2015.

Da Avaliação Anual do Plano, na qual foram apresentados os resultados do exercício de 2016, participaram as Unidades Orçamentárias do GDF encaminhando à SUPLAN as informações relativas à sua respectiva área de atuação: com foco na análise do alcance das metas (quantitativa e qualitativa), índices alcançados pelos indicadores (ao término do exercício anterior e expectativa de alcance do índice final previsto e devidas justificativas), análise das ações não orçamentárias e análise dos resultados dos objetivos específicos. A SUPLAN procedeu à análise das informações e consolidação em relatório único que apresenta também uma análise da conjuntura macroeconômica, em termos nacional e local, a fim de subsidiar a avaliação do comportamento dos principais indicadores de desempenho, suas relações com a gestão governamental e os reflexos sobre o bem-estar da população de modo geral.

O Relatório de Avaliação do PPA 2016-2019, ano base 2016, demonstra o desempenho do Governo por Diretrizes Estratégicas, por Programas Temáticos e respectivos Objetivos Específicos, com apuração do desempenho das Metas, Indicadores e Ações Não Orçamentárias.

O Gráfico a seguir demonstra os valores previstos no PPA-2016, os valores empenhados por Diretrizes Estratégicas e Programas Temáticos, dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social, de Investimento das Estatais e Fundo Constitucional do DF.

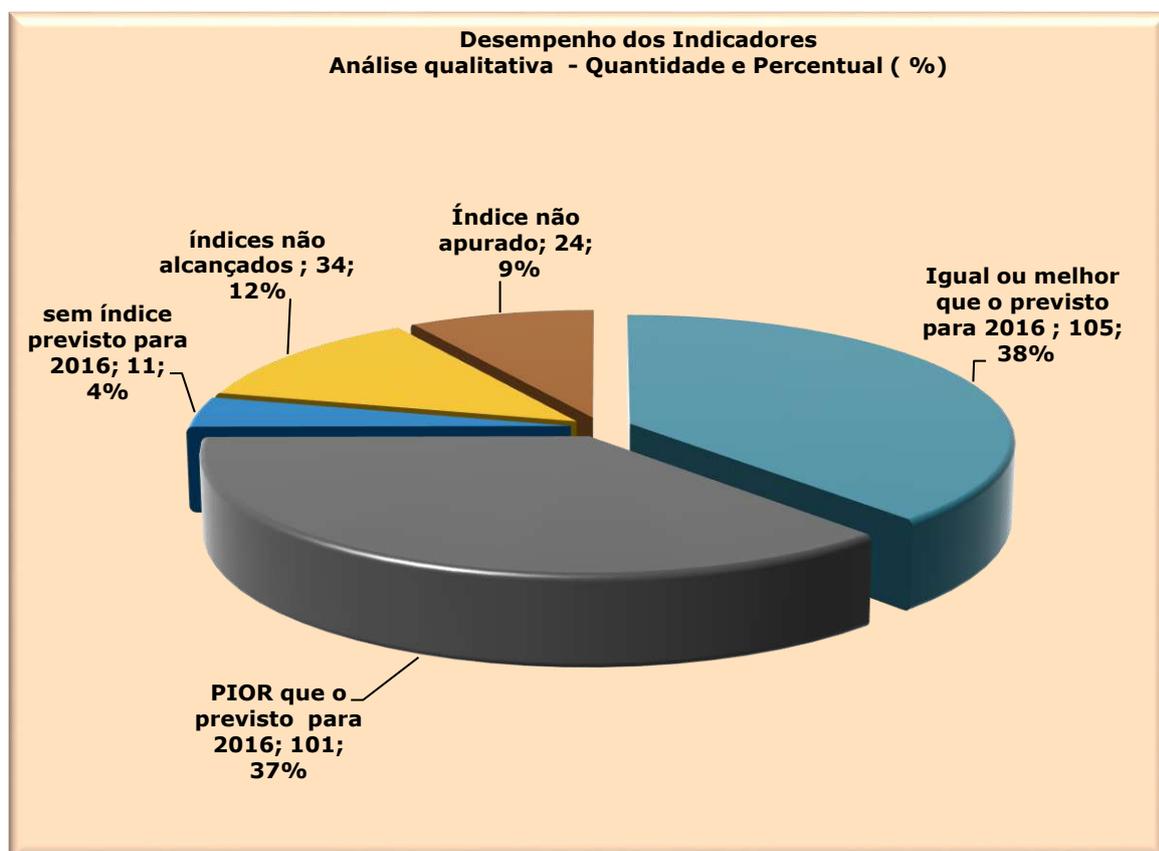


Conforme demonstrativo a seguir, a partir de uma análise qualitativa dos 275 indicadores constantes no PPA para 2016, 38% tiveram desempenho melhor ou igual ao previsto; 37% apresentaram índices alcançados piores que os previstos para 2016; 12% não alcançaram os índices previstos; 9% não tiveram índices apurados e 4% não houve índice previsto para 2016.

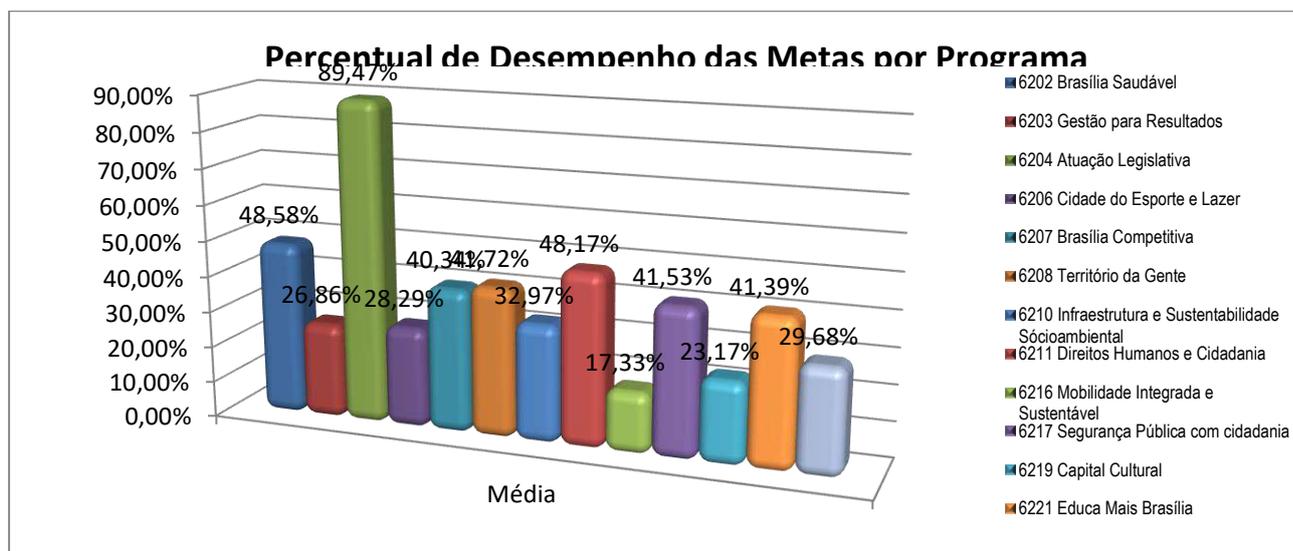
Análise qualitativa dos indicadores por Programa de Trabalho

PROGRAMA TEMÁTICO	MELHOR que o previsto para 2016	IGUAL ao previsto para 2016	PIOR que o previsto para 2016	sem índice previsto para 2016	índices não alcançados =0	Índice não apurado	TOTAL
6202 -BRASÍLIA SAUDÁVEL	7	1	22	3	5	1	39
6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	16	2	11	0	3	0	32

PROGRAMA TEMÁTICO	MELHOR que o previsto para 2016	IGUAL ao previsto para 2016	PIOR que o previsto para 2016	sem índice previsto para 2016	índices não alcançados =0	Índice não apurado	TOTAL
6204 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA	2	1	5	0	0	0	8
6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	2	1	1	0	3	0	7
6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	9	0	15	0	2	1	27
6208 - TERRITÓRIO DA GENTE	5	0	2	0	0	2	9
6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	12	1	7	2	0	0	22
6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	3	1	9	0	1	1	15
6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	2	0	4	2	6	0	14
6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	15	1	13	0	2	9	40
6219- CAPITAL CULTURAL	1	1	0	0	9	0	11
6221 - EDUCA MAIS BRASÍLIA	9	0	5	4	3	6	27
6228 - FAMÍLIAS FORTES	12	1	7	0	0	4	24
TOTAL GERAL	95	10	101	11	34	24	275

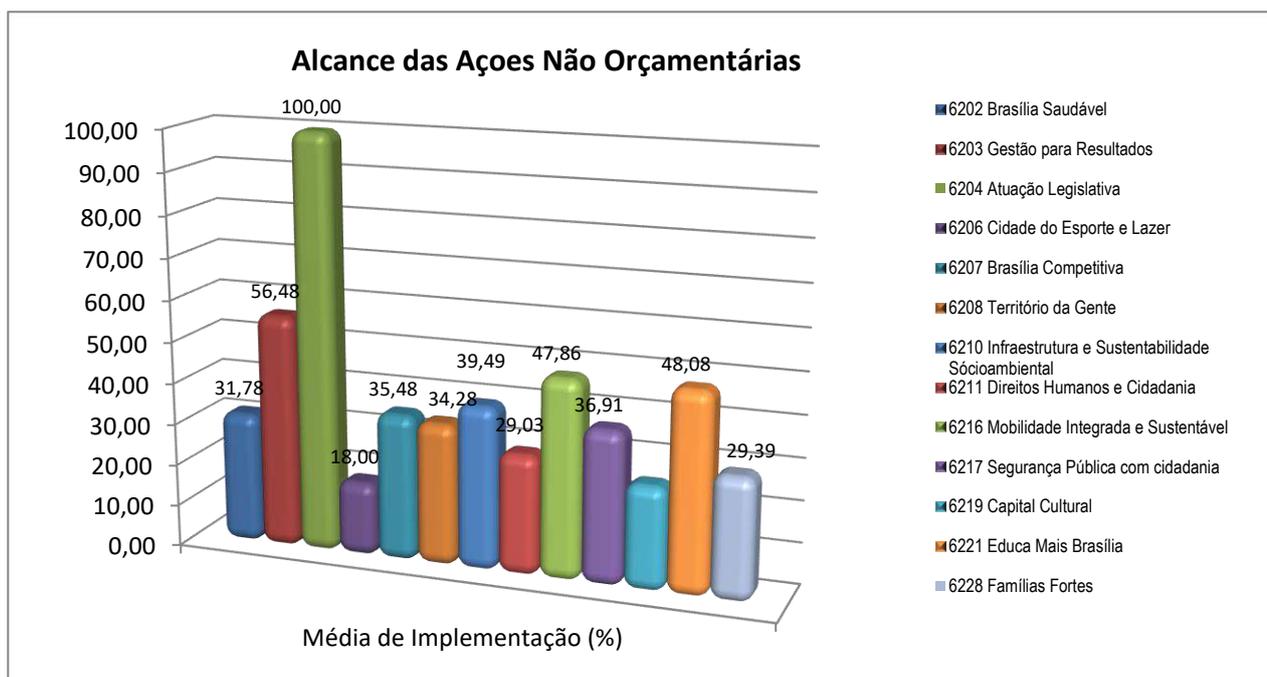


Análise do desempenho das Metas do Plano Plurianual, ano base 2016.



Análise do Desempenho das Ações não Orçamentárias

COD	Descrição do Programa	Média de Implementação (%)
6202	Brasília Saudável	31,78
6203	Gestão para Resultados	56,48
6204	Atuação Legislativa	100,00
6206	Cidade do Esporte e Lazer	18,00
6207	Brasília Competitiva	35,48
6208	Território da Gente	34,28
6210	Infraestrutura e Sustentabilidade Sócioambiental	39,49
6211	Direitos Humanos e Cidadania	29,03
6216	Mobilidade Integrada e Sustentável	47,86
6217	Segurança Pública com cidadania	36,91
6219	Capital Cultural	25,00
6221	Educa Mais Brasília	48,08
6228	Famílias Fortes	29,39
Total Geral		38,05



➤ **Prestação de Contas Anual do Governador**

A Prestação de Contas Anual do Governador é constituída por um conjunto de relatórios elaborados por diversas unidades do GDF e encaminhada pela Secretaria de Estado de Fazenda à Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF.

Cabe à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da Subsecretaria de Planejamento, elaborar o Relatório de Atividades do Governo do Distrito Federal e o Relatório de Indicadores de Desempenho por Programa de Governo com base nas informações das unidades orçamentárias do GDF.

O Relatório de Atividades do Governo e o Demonstrativo de Indicadores de Desempenho por Programa de Governo, previstos nos incisos V e XVII, do artigo 1º, da Instrução Normativa nº 01/2016 - TCDF, editada em observância ao disposto nos arts. 186 e 222 da Resolução nº 296/2016-RI/TCDF; e no artigo 90, do Decreto nº 32.598/2010, de 15/12/2010 - Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, são elaborados anualmente.

O Relatório de Atividades do Governo do Distrito Federal tem por objetivo demonstrar as realizações governamentais e os resultados alcançados no exercício. Serve, também, de subsídio para avaliação da eficiência e eficácia da gestão.

O Relatório de Indicadores de Desempenho por Programa de Governo tem por objetivo demonstrar a evolução anual de cada indicador em relação ao índice desejado para o exercício e é um instrumento que permite identificar e aferir aspectos relacionados aos Objetivos Específicos dos Programas Temáticos previstos no Plano Plurianual.

a. Relatórios de Atividades e Relatório de Indicadores de Desempenho para Prestação de Contas Anual do Governador (2016)

O processo de elaboração dos Relatórios com informações referentes ao exercício de 2016 foi concluído em março de 2017 e devidamente encaminhado à Câmara Legislativa do Distrito

Federal, em conformidade com o disposto no Inciso XVII do art. 100 da Lei Orgânica do Distrito Federal¹⁹).

Os Relatórios foram enviados à Subsecretaria de Contabilidade da Secretaria de Estado da Fazenda, para, em conjunto com os demais relatórios, comporem a Prestação de Contas Anual do Governador, encaminhada à CLDF.

b. Relatórios de Atividades e Relatório de Indicadores de Desempenho para Prestação de Contas Anual do Governador (2017)

No mês de novembro/2017 foi iniciado o processo de elaboração dos Relatórios. As reuniões técnicas para orientações aos servidores das Unidades Orçamentárias responsáveis pela elaboração dos relatórios de suas unidades, cujas informações subsidiarão a elaboração do Relatório de Atividades do Governo e de Desempenho dos índices alcançados pelos Indicadores dos Programas do PPA foram realizadas nos dias 20 e 21/11/2017 na Escola de Governo. Os relatórios compõem a Prestação de Contas Anual do Governador referente ao exercício de 2017 e deverão ser enviados à SEPLAG para análise e consolidação até o dia 22/01/2018. Os Relatórios finais serão enviados à CLDF até março de 2018.

c. Sistema do Relatório de Atividades - RAT

A Portaria Conjunta SEF/SEPLAG Nº 06, de 15 de setembro de 2016, estabelece o procedimento de cooperação técnica destinado a permitir a inclusão de ações de interesse da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, bem como define as rotinas para a sua respectiva operacionalização, entre os componentes elegíveis constantes do Programa de Desenvolvimento Fazendário no âmbito do Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil (PRODEFAZ/PROFISCO-DF), programa financiado com recursos de Contrato de Subempréstimo celebrado em 29 de fevereiro de 2016, entre o Governo do Distrito Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no contexto do Contrato de Empréstimo nº 3040/OC-BR. Os recursos destinados à SUPLAN/SEPLAG possibilitaram o desenvolvimento, com a participação direta de técnicos da SUPLAN/SEPLAG, definidores das regras de negócios e SUTIC/SEF, a elaboração do Sistema RAT.

O Relatório de Atividades até este exercício era elaborado em Word e Excel, o que demanda muito tempo da equipe entre estruturação, análise, padronização e consolidação. Ao final, o Relatório de Atividades do Governo é apresentado à Secretaria de Fazenda - SEF, Câmara Legislativa do DF - CLDF, Tribunal de Contas do DF - TCDF e no site da SEPLAG, e, em média contém 1.500 páginas.

O Relatório do Sistema RAT, terá a mesma finalidade do Relatório de Atividades anterior, ou seja, demonstrar as realizações do Governo do Distrito Federal e os resultados alcançados em cada área de atuação no exercício. A estrutura do Relatório no Sistema RAT em relação ao anterior foi mantida e compõe-se de: Síntese das Competências; Força de Trabalho; Realizações por Programa; Informações Complementares; Diagnóstico da Unidade (análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para 2018). A inovação consiste na inclusão das informações no Sistema SIGGO em plataforma Web, o que facilitará tanto a elaboração do Relatório em conjunto com as unidades do GDF, quanto as consultas das informações diretamente no Sistema.

➤ Diretrizes, Normas e Procedimentos

Orientações aos servidores que atuam nos órgãos e entidades da administração pública do Distrito Federal quanto à elaboração dos instrumentos de planejamento,

¹⁹ Art. 100. Compete privativamente ao Governador do Distrito Federal: [...] XVII – prestar anualmente à Câmara Legislativa, no prazo de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior;

acompanhamento, avaliação e prestação de contas anual do Governador buscando a homogeneização e a qualidade das informações. As orientações às Unidades Orçamentárias foram realizadas por meio da elaboração de instruções, realização de oficinas e/ou reuniões técnicas, além de atendimentos individualizados.

Nas reuniões técnicas, realizadas no auditório da Escola de Governo, nos dias 20 e 21/11/2017, houve a participação em média de 180 agentes de planejamento/responsáveis pela elaboração dos relatórios nos dois dias.

➤ **Articulação Institucional**

Participação nos seguintes Conselhos e Grupo de Trabalho:

- a. Conselho de Desenvolvimento do Turismo– CONDETUR (suplente);
- b. Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente – CDCA (membro);
- c. Conselho do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente – FDCA (presidente);
- d. Grupo de Trabalho para elaboração do Plano Decenal Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente (membro e trabalhos concluídos no primeiro semestre de 2017 e Plano Publicado);
- e. Comissão Distrital do ZEE – Zoneamento Econômico Ecológico (membro e suplente) – conclusão da fase de audiências públicas e PL enviado à Casa Civil para análise, após à CLDF;
- f. Grupo de Trabalho para proceder a levantamento dos processos administrativos referentes à incidência de Outorga Onerosa de Alteração de Uso – ONALT.²⁰ (conclusão dos trabalhos em meados de 2017);
- g. Comissão Setorial do Leite coordenado pela Secretaria de Agricultura (suplente).
- h. Grupo de Trabalho SEPLAG, Controladoria, Ouvidoria para atualização da Carta de Serviços ao Cidadão – Membro suplente da SUPLAN/Seplag.
- i. Comitê da Primeira Infância - representante da SEPLAG;
- j. Lei de Acesso à Informação - representante da SUPLAN;
- k. Sistema Eletrônico de Informações – SEI/representante da SUPLAN;
- l. Melhorias do SIGGO/PPA junto ao PROFISCO - representante da SUPLAN;
- m. Melhorias do SIGGO/SAG junto à SEF - representante da SUPLAN
- n. Grupo de Trabalho dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável/SAGE/SUPLAN – Representante da SUPLAN
- o. Grupo de Trabalho Protocolo de Intenções FIOCRUZ/GDF - Representante da SUPLAN
- p. Plano de Dados Abertos - Representante da SUPLAN

➤ **Aperfeiçoamento Técnico e Operacional da equipe de Planejamento da SEPLAG**

- a. Curso “Sistemas de Monitoramento de Políticas Públicas e Programas Sociais: conceitos, Indicadores e painéis”, EGOV/ENAP, no período de 24 a 28/04/2017 – carga horária total de 30 h/a.
- b. Curso “Construção de Cenários Prospectivos” EGOV/ENAP nos dias 21, 23, 26, 28, 29 e 30 de junho/17 – carga horária total de 32 h/a.

2.6 ORÇAMENTO PÚBLICO - SEPLAG

A SEPLAG, através de sua Subsecretaria de Orçamento Público – SUOP executou durante o exercício de 2017 as atividades relacionadas à gestão do orçamento do Distrito Federal. Assim, com vistas à sistematização e automatização de processos relevantes da Subsecretaria, foram desenvolvidas as seguintes demandas:

DEMANDA	OBJETIVO
Criação de Tipo de Crédito e Evento Contábil correspondente para abertura de crédito suplementar sem incidência do limite de 25%	<ul style="list-style-type: none"> • suprir insuficiências nas dotações orçamentárias com pessoal e encargos sociais; • cobrir despesas de concessão de benefícios a servidores;

²⁰Decreto nº 36.723, de 31/08/2015.
Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade.
1632

estabelecido pelo art. 8º do PLOA 2018 nº 1.744/2017:	<ul style="list-style-type: none"> • atender despesas obrigatórias de caráter continuado, constante do Anexo XXIX; • da reserva de contingência; • constantes do Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018, limitado ao valor total do referido Anexo.
Criação de regras de negócio para possibilitar que a CLDF, no encaminhamento das emendas parlamentares ao Poder Executivo, já o faça com a mesma numeração dos subtítulos estabelecidos pelo SIGGO realizados hoje pela SUOP.	Finalidade: propiciar a consolidação de planilha com numeração provisória de 5 dígitos, para carga no SIGGO (fase 9 para fase 3), com a inserção de dados pela CLDF para a geração de ação e subtítulo (4 dígitos), que serão vinculados a cada proposição parlamentar, com a codificação orçamentária vigente para geração automática de um código de referência.
SISCONEP – Sistema Gerenciador de Emendas Parlamentares	Auxílio na implantação do sistema de normatização e desenvolvimento informatizado de gestão dos prazos e procedimentos para operacionalização e acompanhamento da execução dos projetos subsidiados por dotações decorrentes de emendas parlamentares.
Criação do IDUSO 6	Identificação de EP (Emenda Parlamentar) no QDD, principalmente para diferenciar, os valores de EP destinados a um PT já existente, denominado de emenda institucional, de forma a distingui-los dos valores alocados pela LOA.

2.7 RELACIONAMENTO COM O TERCEIRO SETOR

O Objetivo principal da Unidade do Terceiro Setor da SEPLAG é a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organização Social – OS ou como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP.

No ano corrente, esta Unidade atendeu diversas demandas do Tribunal de Contas do Distrito Federal e Territórios em decorrência do interesse do Governo de Brasília em firmar contratos de gestão, mais especificamente, na área de Saúde. Atualmente existem 01 (uma) entidade qualificada como Organização Social na área de Saúde e 01 (uma) na área de Ciência e Tecnologia no âmbito do Distrito Federal. Apenas o Instituto do Câncer Infantil e Pediatria Especializada – ICIPE, Organização Social, está com o contrato de gestão em vigor com o Governo do Distrito Federal.

Como OSCIP, há 04 (quatro) entidades qualificadas no âmbito do GDF.

No período de 2017, foram analisados no total 11 (onze) processos de entidades sem fins lucrativos para qualificação como Organização Social ou como OSCIP no âmbito do Governo do Distrito Federal.

O ano de 2017 foi um período atípico, onde houve uma redução na procura pela qualificação como Organização Social ou como OSCIP. Essa pouca demanda decorre da atuação do Ministério Público contra a utilização dessa forma de gestão por OS e por diversos processos impetrados pelos Sindicatos dos Médicos e Enfermeiros na esfera judicial.

Com relação às OSCIP, a procura reduzida foi reflexo da aplicação do novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC em âmbito nacional. A nova legislação não exige a qualificação como OSCIP para atuação em projetos e parcerias com o governo, o que ocasionou uma significativa redução na procura pela qualificação no âmbito do GDF.

Indicadores da Unidade de Relacionamento com o Terceiro Setor:

INDICADOR 1 - QUANTITATIVO:

Descrição/Objetivo: Contribuir para implementação de sistema integrado de prestação de atividades públicas não exclusivas de Estado por meio das Organizações Sociais e OSCIP's

Justificativa:	Colaborar no redesenho da atuação do Estado, no desenvolvimento de suas funções sociais, por meio das Organizações Sociais e OSCIP's, com ênfase nos modelos gerenciais flexíveis
Responsável:	URTS
Periodicidade:	Anual
Polaridade:	maior-melhor
Unidade de Medida:	Percentual
Fórmula:	Total de demandas atendidas/total de demandas
Linha de base/V0:	100%
Indicador/2017	44,00%

INDICADOR 2 - QUALITATIVO:	
Descrição/Objetivo: Contribuir para implementação de sistema integrado de prestação de atividades públicas não exclusivas de Estado por meio das Organizações Sociais e OSCIP's	
Justificativa:	Colaborar no redesenho da atuação do Estado, no desenvolvimento de suas funções sociais, por meio das Organizações Sociais e OSCIP's, com ênfase nos modelos gerenciais flexíveis
Responsável:	URTS
Periodicidade:	Anual
Polaridade:	maior-melhor
Unidade de Medida:	Percentual
Fórmula:	Total de demandas Qualificadas/total de demandas atendidas
Linha de base/V0: (2008/2014)	5,15%
Indicador/2015	0,00
Indicador/2016	10,00%
Indicador/2017	7,75%

Projetos da Unidade de Relacionamento com o Terceiro Setor e suas entregas:

Nome do Projeto	Reporte da Situação Atual
Elaboração de Minuta de Alteração da Lei 4.081/2008	PL 1186/2016 – Atualmente na CAS/CLDF para relatoria.
Aprimoramento da análise documental das entidades requerentes de qualificação como OS ou OSCIP	Minuta de Alteração do Decreto que regulamenta a Lei 4.081/2008 – Analisado pelo CGOS em 29/09. Atualmente na Casa Civil.

2.8 COMPRAS GOVERNAMENTAIS - SCG

A Secretaria de Planejamento através de sua Subsecretaria de Compras Governamentais – SCG/SEPLAG, a qual foi criada com a desafiadora missão de centralizar e normatizar as compras públicas do Governo do Distrito Federal atuou de forma a que a compra com qualidade contribua para a redução das despesas e o equilíbrio financeiro do GDF.

Grandes avanços de planejamento e de modernização foram realizados no âmbito da SCG/SEPLAG, podendo destacar: implementação do Sistema e.PACC, acompanhado do seu Plano de Gerenciamento de Riscos; elaboração do Guia de Compras Públicas Sustentáveis (GCPS); elaboração do Caderno Técnico de Transportes de Passageiros e Caderno Técnico de Eventos; acompanhamento da parceria com a CAESB para a customização e implantação do Sistema de Gestão de Contrato (e-ContratosDF).

No tocante aos procedimentos licitatórios, foram realizados importantes certames para atender de forma eficiente as atividades meio e/ou finalísticas dos órgãos e entidades distritais, o destaque fica para o Pregão nº 15/2017 – SCG/SEPLAG, visando à contratação de serviços de vigilância para diversas unidades do Distrito Federal, que gerou uma economia de R\$ 51.067.452,48 (cinquenta e um milhões sessenta e sete mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e quarenta e oito centavos) ao ano.

Em relação à Gestão de Suprimentos, os esforços foram concentrados no atendimento às solicitações de compras de itens registrados para diversos órgãos do Governo do Distrito Federal,

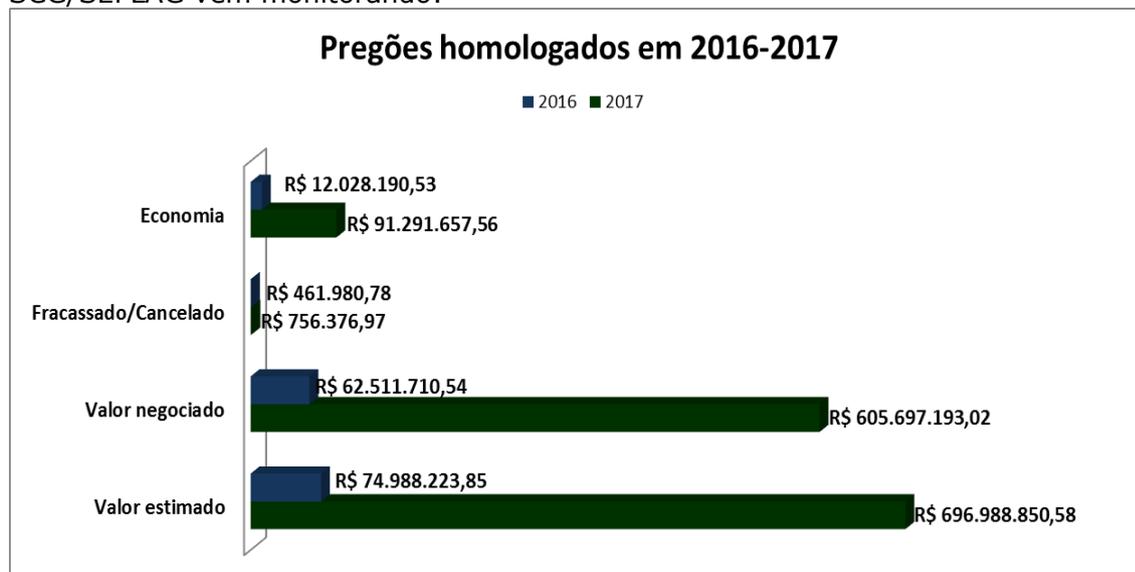
ressaltando um acréscimo da ordem de 60% em relação ao exercício anterior (o valor autorizado em 2017, foi da ordem de R\$ 47.228.593,10, os quais se somam ao montante das Atas de Contratos Corporativos da ordem de R\$ 563.662.509,21), o que reforça a eficiência do Sistema de Compras implantado pela SCG.

No que tange aos contratos corporativos celebrados neste exercício, vale ressaltar a celeridade e assertividade nas instruções processuais implantadas pela SEPLAG, formalizando 47 novos instrumentos, dois importantes acordos de cooperação técnica (SEBRAE/DF e CAESB), e finalização da instrução de todos os pedidos de repactuação, sobretudo, o levantamento de requisitos do e.ContratosDF, o que possibilitou, entre outras atividades, a homologação do referido sistema antes do prazo acordado, o que demonstra um resultado significativo quando confrontado com os 23 contratos celebrados em 2016.

A adoção de tecnologias de gestão consolidadas pelo mercado (Business Process Management - BPM) seguiu em 2017 como orientação da SCG/SEPLAG, face aos recursos financeiros reduzidos, ao iniciar o mapeamento de seus processos rumo a melhorias com base no fluxograma otimizado do ciclo de compras e em indicadores quantitativos, projeto conduzido a custo zero, em parceria com a academia (Departamento de Engenharia de Produção da UNB) e a Casa Civil do GDF, mas que já evidencia sua relevância.

O Programa COMPRASDF preconizou uma nova metodologia para o ciclo de compras vem sendo implementada e será continuamente aperfeiçoada, pela melhor das consultorias - a contribuição motivada das partes interessadas.

O quadro abaixo traz os resultados de alguns dos indicadores do Programa que a SCG/SEPLAG vem monitorando:



Fonte: Reporte do Programa COMPRASDF 2017 – Síntese da Gestão

Dessa forma, a SCG/SEPLAG vem se empenhando diuturnamente no sentido de implementar um conjunto de sistemas de apoio às compras (e-ComprasDF), de gestão contratual (e-ContratosDF) e de suprimentos no GDF (e-SupriDF), com a finalidade de padronizar as compras públicas no âmbito do Governo do Distrito Federal, primando pela economicidade, controle e transparência, resultando em uma maior eficiência no atendimento às necessidades da população, o que gerou somente no ano de 2017 uma economia aos cofres públicos de R\$ 91.291.657,56 (noventa e um milhões duzentos e noventa e um mil seiscentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e seis centavos).

2.9 GESTÃO ESTRATÉGICA

A Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão tem atuação e competência nas áreas de "Gestão Estratégica Governamental, Gestão por Resultados e Monitoramento de Programas e Projetos Estratégicos de Governo".

Durante o ano de 2017, foram confeccionados, em conjunto com os órgãos e instituições vinculadas, os Acordos de Resultados para o ano de 2017, instrumentos de contratualização de metas de realizações para o ano. A Secretaria, através de sua Subsecretaria de Programas, Processos e Projetos Estratégicos - SUPPE realizou trabalho de articulação para pactuar as metas relativas aos projetos estratégicos do Governo.

No total, foram celebrados 27 Acordos, assinados em 13 de fevereiro de 2017 por secretarias e órgãos vinculados, totalizando 565 metas.

No segundo semestre de 2017, foram articuladas reuniões de revisão dos Acordos para repactuação das metas propostas. Com isso, o total pactuado passou para 29 Acordos e 335 metas. Destas, 138 foram concluídas.

Com a repactuação, os projetos foram classificados de acordo com o nível de acompanhamento, sendo:

A1: Projetos relevantes para a população, com característica mais fortemente intersetorial e gerenciamento central, sob a responsabilidade do Escritório de Projetos Especiais, Casa Civil e desta Subsecretaria para garantia das entregas;

A2: Projetos relevantes para a população, com execução local e necessidade de articulação da SEPLAG e da Casa Civil para garantia das entregas;

A3: Projetos relevantes para a população, com execução local e gerenciamento local, pelo próprio órgão, com monitoramento da SUPPE;

B: Projetos relevantes para a população, com entregas de longo prazo e possibilidade de gerenciamento local pelo próprio órgão, com monitoramento da SUPPE.

Na carteira estabelecida e classificada como "A1", integrantes da SUPPE participaram ativamente das coordenações dos projetos, fazendo mediações, intervenções e encaminhamentos necessários à execução e bom andamento dos projetos.

Em 2017, a equipe da SUPPE preparou e deu suporte técnico para 30 Reuniões de Avaliação dos Acordos de Resultados – RARs e de projetos estratégicos, coordenadas pelo Exmº Sr. Governador e pela Secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Destaca-se que para as RARs, a SEPLAG realizou pelo menos uma reunião prévia no órgão monitorado, com a presença dos dirigentes e principais colaboradores dos projetos.

Foram realizadas mais de 600 agendas com representantes dos órgãos do DF e instituições diversas, tendo como principais pautas:

- 1) Preparação para as reuniões de avaliação dos Acordos de Resultados;
- 2) Articulação para realização de projetos;
- 3) Capacitação de novos integrantes da Rede de Gestão;
- 4) Levantamento e demanda de ajustes e melhorias no Sistema Gestão DF;
- 5) Reuniões técnicas;
- 6) Obras sob responsabilidade da Novacap e de interesse de diversos órgãos do DF. Das reuniões realizadas, vale destacar as que foram destinadas a execução dos seguintes projetos:
 - 1) Bloco II do Hospital da Criança de Brasília – 55 reuniões;
 - 2) Criança Candanga – 39 reuniões;
 - 3) Céus das Artes – 45 reuniões;
 - 4) Jogos Escolares da Juventude 2017 – 14 reuniões;
 - 5) Obras dos 4 novos Centros de Detenção da Papuda – 31 reuniões;
 - 6) Implantação de solução de videomonitoramento – 18 reuniões;
 - 7) Implantação do Parque Burle Marx (Noroeste) – 12 reuniões;

8) Execução do ProCidades – 7 reuniões;

9) Execução das obras do Trevo de Triagem Norte e Ligação Torto-Colorado – 18 reuniões.

A SUPPE ainda realiza as atividades de visita às obras acompanhadas, com a finalidade de fazer registro fotográfico para alimentar o Sistema de Acompanhamento de Projetos – Gestão DF. Em 2017 foram realizadas 776 visitas a obras diversas.

Além das Reuniões de Avaliação dos Acordos de Resultados, a Secretaria apoiou a realização das Reuniões de Avaliação da Estratégia, produzindo informações para as atividades realizadas e participando na moderação de mesas e atividades.

Em 2017, a SUPPE/SEPLAG também realizou o acompanhamento de outras obras e ações prioritárias de Governo, além das previstas nos acordos de resultados.

Foram realizadas agendas com equipes do GDF e Caixa Econômica para avaliação dos contratos de repasse e pactuação de ações necessárias à celeridade dos projetos sob a intervenção daquela instituição financeira.

Com base nos projetos estratégicos e priorização indicada pelas áreas de Governo, foram confeccionados, em conjunto com a Governadoria e a Casa Civil, cadernos de sugestões de emendas para o Congresso Nacional e para a Câmara Legislativa do DF.

Destacaram-se ainda articulações relativas a projetos não integrantes dos Acordos de Resultados, conforme segue:

1) Auxílio na elaboração da Carta Distrital de proposições para as políticas de abordagem ao servidor com problemas relacionados ao uso de substâncias psicoativas;

2) Elaboração de decreto para declarar de interesse público os projetos e as obras do 1º e do 10º Grupamentos de Bombeiro Militar do Distrito Federal;

3) Articulação com a Companhia Energética de Brasília - CEB para energização de câmeras do Projeto Crack, é Possível Vencer na área central de Brasília;

4) Articulação junto ao Instituto Brasília Ambiental - IBRAM para emissão de Licenciamento Ambiental para implementação do Setor D e do Centro Integrado de Anatomia Patológica de Brasília - CIAP (Papuda);

5) Articulação entre Secretaria de Educação do DF - SEDF e Secretaria de Segurança Pública - SSP para implantação do Projeto de Remissão de Pena Por Meio da Leitura;

6) Realizada de ação em conjunto com a AGEFIS para distribuição de itens apreendidos para instituições governamentais e não governamentais que atendem população em situação de vulnerabilidade;

7) Articulação para implantação de espaço Criança Candanga no Metrô;

8) Articulação junto ao DER e SEE para elaboração de projeto de acesso à Escola da Fercal e à Escola da Guariroba. Por fim, tendo em vista a concentração de informações relevantes sobre os projetos estratégicos do Governo, a Secretaria de Planejamento trabalhou no levantamento de informações para compor balanços de Governo.

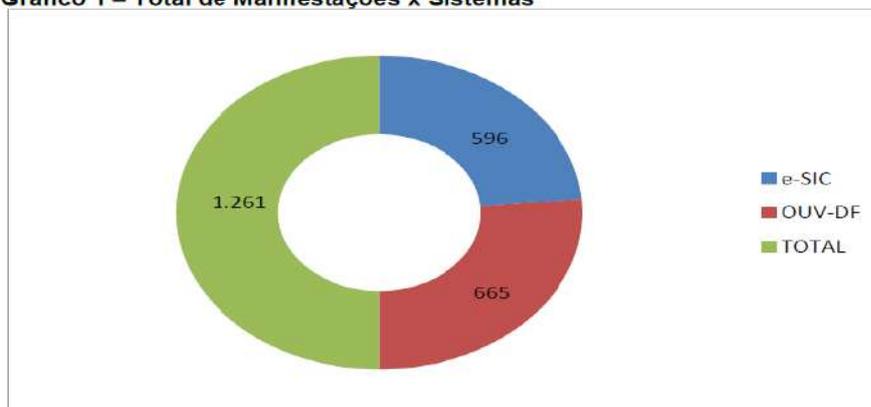
2.10 ATENDIMENTO AO SERVIDOR – OUVIDORIA

A Ouvidoria da SEPLAG tem realizado um importante trabalho no intuito de levar ao conhecimento das áreas técnicas e dos demais órgãos que compõem o Complexo Administrativo do Governo de Brasília, as solicitações de adoção de providências para a melhoria do serviço

prestado de modo específico e geral, com a finalidade de possibilitar à gestão superior a solução pontual dos problemas apresentados via manifestações dos usuários de Ouvidoria.

No período de janeiro a dezembro de 2017, foram recebidas 1.261 manifestações nesta Ouvidoria, sendo 665 registradas no Sistema de Ouvidoria-DF:

Gráfico 1 – Total de Manifestações x Sistemas



Em atendimento ao disposto no artigo 25, do Decreto nº 36.462, de 23 de abril de 2015, que regulamenta a Lei nº 4.896, de 31 de julho de 2012, o prazo máximo de resposta do órgão ao manifestante é de 20 dias. No sentido de cumprir rigorosamente este prazo, a Ouvidoria/SEPLAG passou a utilizar como Indicador o tempo de resposta ao cidadão, alcançando índices satisfatórios, no que diz respeito ao tempo das respostas.

Em termos comparativos com o atendimento médio da Rede de Ouvidorias do Distrito Federal, a SEPLAG/DF conseguiu ao longo do período relatado atender as demandas dos usuários em um prazo inferior ao determinado na legislação vigente, mantendo ao mesmo tempo a qualidade do serviço.

2.11 - GOVERNANÇA

A Câmara de Governança Orçamentária, Financeira e Corporativa do Distrito Federal - GOVERNANÇA-DF foi criada em 2 de janeiro de 2015, com o objetivo de criar condições para garantir o equilíbrio orçamentário e financeiro no âmbito do Poder Executivo do Distrito Federal. É formada pelos titulares das pastas de Planejamento, Orçamento e Gestão, Fazenda, Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais e pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal.

Com o objetivo de cumprir com suas atribuições, estabelecidas por meio do Decreto nº 36.240 de 2 de janeiro de 2015 e alterações posteriores, foram editados decretos visando alcançar o equilíbrio fiscal, com a redução do custo da máquina pública distrital, com isso propiciar os investimentos públicos indispensáveis e a regularidade de pagamento em dia das suas obrigações.

Merecem destaque os Decretos:

a) Decreto nº 37.979 de 26 de janeiro de 2017, que disciplinou a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2017;

b) Decreto nº 37.121 de 16 de fevereiro de 2016, que dispõe sobre a racionalização e o controle de despesas públicas no âmbito do Governo do Distrito Federal;

c) Decreto nº 37.913, de 29 de dezembro de 2016, que dispõe sobre limitação da despesa pública para o início do exercício de 2017;

d) Decreto 38.524 de 29 de setembro de 2017, que dispõe sobre o controle da despesa total com pessoal no âmbito da administração direta e indireta do Distrito Federal, no terceiro quadrimestre de 2017; e

e) Decreto nº 38.583, de 27 de outubro de 2017, que dispõe sobre os prazos e procedimentos para encerramento do exercício financeiro de 2017.

Ao longo do exercício foram realizadas 113 reuniões da GOVERNANÇA-DF, com 1.075 propostas analisadas, tendo como principais demandas apresentadas pelos diversos órgãos e entidades:

a) 350 suplementações orçamentárias;

b) 207 descontingenciamentos;

c) 172 excepcionalizações diversas aos decretos;

d) 131 comunicações, debates e orientações;

- e) 78 contratos e convênios;
- f) 51 alterações de QDD; e
- d) 41 capacitações.

COMITÊ DE POLÍTICAS DE PESSOAL

O Comitê de Políticas de Pessoal realizou 21 reuniões no ano de 2017, para discutir e deliberar acerca de políticas salariais, desenvolvimento de recursos humanos, benefícios trabalhistas, quadros de pessoal, concursos públicos e processos seletivos, desligamentos e aposentadorias, acumulação de cargos e aumento de despesas de pessoal dos órgãos da administração direta, fundações e autarquias.

COMITÊ DE GOVERNANÇA DE EMPRESAS PÚBLICAS

O Comitê de Empresas Públicas se reuniu 18 vezes ao longo do exercício para deliberar sobre questões relacionadas à participação acionária do Distrito Federal, sobre a gestão de pessoas das empresas estatais, sua avaliação e classificação e o estabelecimento de diretrizes de atuação dos representantes do Distrito Federal, tendo tratado inclusive, de questões relacionadas a pessoal e negociações com a força de trabalho.

COMITÊ DA QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO

O Comitê da Qualidade do Gasto realizou 29 reuniões para deliberar sobre 506 propostas, sendo alterações orçamentárias e contratações de menor vulto, assim como eventos de capacitação e autorização para viagens, esta última somente até a publicação do Decreto nº 38.182, de 5 de maio de 2017, que estabeleceu uma redução de 10% para execução das despesas com aquisição de passagens aéreas e concessão de diárias, cabendo aos titulares de cada Pasta gerir e zelar pelo cumprimento do citado normativo.

Principais demandas foram:

- a) 240 suplementações orçamentárias;
- b) 115 alteração de QDD;
- c) 52 autorizações de capacitação;
- d) 51 descontingenciamentos.

UNIDADE DE APOIO À GOVERNANÇA

Ao longo do exercício de 2017, foram recebidos um total de 2.110 processos, sendo: a) 1013 processos físicos e b) 1097 processos SEI, os quais passaram por cadastramento, triagem, análise técnica, inserção em pauta, consolidação dos resultados, execução dos procedimentos decorrentes, atendimento aos demandantes e fornecimento de informações relativas aos trabalhos desenvolvidos. Vale ressaltar que desse total de processos, 307, foram encaminhados para execução com base em deliberação antecipada dos Colegiados, que delegou competência aos Subsecretários do Orçamento Público/SEPLAG e do Tesouro/SEF, para analisar a real necessidade em situações previamente estabelecidas em Ata e, quando cabível, tomar as providências pertinentes, cujas demandas estão distribuídas conforme quadro a seguir:

Tipos de demanda	Quantidade
Crédito suplementar	111
Apuração de superávit	129
Descontingenciamento	22
Alteração de QDD	19
Outros	10
Excesso de arrecadação	7
Crédito Especial	4
Convênio	2
Despesas de pessoal	2
Despesa de exercício anterior	1
Total Geral	307

Diante do volume de processos que tramitam pela GOVERNANÇA e da necessidade de melhor organizar tais demandas, no segundo semestre de 2017 foi desenvolvido pela própria equipe, um sistema de controle de processos, com previsão de entrar em uso no ano de 2018. O sistema busca otimizar os processos de trabalhos, conferindo maior agilidade e transparência aos procedimentos internos, contemplando desde sua entrada até a deliberação final.

Ademais foi desenvolvido um trabalho de levantamento de dados, séries históricas, situação atual da execução, análises e proposições diversas do universo orçamentário, visando subsidiar o Gabinete SEPLAG e a própria Governança.

GESTÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES

Dentre os principais números de 2017 temos um total de 1093 Emendas Parlamentares individuais; distribuídas entre Lei Orçamentária Anual e outros 14 Projetos de Lei de Créditos

Adicionais enviados à Câmara Legislativa do Distrito Federal; tendo 580 solicitações de desbloqueio/bloqueio de dotações orçamentárias de emendas.

Até 2017 o Sistema de Controle de Emendas Parlamentares – SISCONEP dispunha somente de um módulo para cadastro das emendas parlamentares com numeração sequencial, organizadas por parlamentar autor, programa de trabalho completo e nomenclatura do subtítulo, bem como a informação sobre o desbloqueio das respectivas emendas.

Ainda em 2016 se iniciou uma discussão acerca da modernização do sistema já existente, de modo a agregar a gestão e execução dos projetos financiados por dotações orçamentárias captadas pelas emendas parlamentares distritais, pois o sistema de módulo único tornou-se ineficiente no que tange à integração com todas as áreas envolvidas no processo.

No ano de 2017, a equipe de gestão e acompanhamento de emendas parlamentares, com apoio do Gabinete da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, concentrou esforços na modernização do SISCONEP, criando três novos módulos no Sistema, com o objetivo de integrar Casa Civil, Câmara Legislativa e Unidades Orçamentárias. O SISCONEP passou a dispor de quatro módulos: SEPLAG, PARLAMENTAR, CASA CIVIL e UNIDADE EXECUTORA, os quais se encontram em fase de teste para homologação. A atualização e a modernização do Sistema é resultado da parceria entre a Unidade de Apoio à Governança e a área técnica da Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação/SEPLAG, não incorrendo custos adicionais aos Cofres do Governo do Distrito Federal.

Em consonância com a criação dos módulos e a modernização do sistema, também está em fase de finalização, uma minuta de decreto que institui e disciplina a operacionalização do SISCONEP por todas as áreas envolvidas, regulamentando a inclusão e/ou alteração de Emendas Parlamentares Individual a partir da publicação no Diário Oficial até o pagamento da despesa correspondente.

Além de normatizar a gestão de projetos financiados por dotações orçamentárias decorrentes de emendas parlamentares, foi sugerida pela equipe e, posteriormente, aprovada na LDO 2018, a definição das subfunções impositivas, tornando mais clara a classificação das emendas parlamentares no que se refere a esse critério.

O aprimoramento do SISCONEP e da sistemática de gestão das emendas parlamentares representam um enorme ganho, na qualidade das informações aos Parlamentares, ao Governo do Distrito Federal e a sociedade, conforme elencado a seguir:

- Estruturação, segurança, gerenciamento dos dados;
- Rapidez na interlocução entre o Legislativo e os órgãos do Executivo, eliminando a tramitação de documentos em papel;
- Detalhamento e monitoramento de prazos e gestão de todo o fluxo das emendas parlamentares individuais emendadas na Lei Orçamentária Anual até o acompanhamento da execução nas Unidades Orçamentárias;
- Planejamento formal das fases do projeto e das despesas relacionadas; e
- Aumento na transparência na aplicação dos recursos nos projetos financiados por dotações orçamentárias decorrentes de emendas parlamentares individuais distritais, em atendimento à Lei de Acesso à Informação – LAI.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1452 - ATENDIMENTO AO SERVIDOR		PESSOA	700	1088	750	1.261	750	800	OUIVIER/SEPLAG / UO 32101 / OE 4
Justificativa: 2016 - Durante o exercício de 2016 as manifestações direcionadas a Ouvidoria da SEPLAG atingiu o total de 1.088 (mil e oitenta e oito) atendimentos: - Atendimentos aos servidores: 535; - Atendimentos aos cidadãos: 553. 2017 - Os atendimentos da Ouvidoria-SEPLAG contemplam, não apenas as demandas provenientes dos servidores do GDF, mas todos os atendimentos à população do DF. No período de janeiro a dezembro de 2017, foram recebidas 1.261 manifestações na Ouvidoria-SEPLAG, sendo 665 registradas no Sistema de Ouvidoria-DF e 596 registradas no Sistema e-SIC. Do total de atendimentos de 2017, 220 foram reencaminhadas para outros órgãos do Distrito Federal e 1.041 direcionadas para áreas técnicas da SEPLAG.									
1453 - IMPLEMENTAR, HOMOLOGAR O NOVO SISTEMA DE RECURSOS HUMANOS		%	5	0	35	0	40	20	SUGEP/ SEPLAG / UO 32101 / OE 5
Justificativa: 2016 - O trâmite de contratação para o desenvolvimento do referido projeto encontra-se no bojo do processo 414.000.869/2015. Em 2016, ocorreu a produção do termo de referência, mas a publicação do Pregão Eletrônico apenas ocorreu no dia 02 de janeiro de 2017, ficando para o novo exercício a aquisição do novo sistema. Por essa razão, o índice não foi alcançado, pois o alcance da meta dependia diretamente da contratação almejada.									

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
2017 - Realizado o Pregão Eletrônico 103/2016 alusivo a contratação da Solução Integrada de Gestão de Pessoas, que atualmente encontra suspenso pela Decisão nº 36/2018, de 18 de janeiro de 2018. Desta forma, considerando que ainda não houve a indicação do vencedor do Pregão 103/2016 e respectivo início do processo de implantação do novo sistema, informamos que não houve avanço em relação a porcentagem informada em 2017.									
1671 - RESULTADO PRIMÁRIO ORÇAMENTÁRIO (EM MIL)	-514	R\$	-1.422	- 686	-610	-975	-305	-	SUOP/ SEPLAG / UO 32101 / OE 2
Justificativa: 2016 - Segundo a LRF, a meta de Resultado Primário é estabelecida na LDO. A LDO 2016 sofreu uma alteração e a meta inicial de -1.422 ficou alterada para -1.927. A meta foi atingida, sendo o valor apurado melhor do que o desejado. 2017 - A Subsecretaria de Orçamento Público-SUOP informou que a meta estipulada foi super dimensionada, uma vez que o previsto na LDO/2017 foi de -2.067.									
1450 - SERVIDORES CAPACITADOS		PESSOA	6.000	14226	7.000	11.861	7.000	7.000	EGOV / SUGEP/ SEPLAG / UO 32101 / OE 4
Justificativa: 2016 - O indicador reflete o número de servidores atendidos nos cursos e eventos presenciais realizados com instrutoria interna e cursos na modalidade de ensino a distância (EAD):Cursos presenciais: 12.407 servidores capacitados; Cursos a distância: 1.859 servidores capacitados. 2017 - Em 2017, a EGOV capacitou 11.861 servidores, que concluíram as atividades e receberam certificados. Isso representa um resultado 68% maior do que a meta, de 7.000 capacitações. Desses, 9.766 foram capacitados em cursos presenciais, e 1.456 em cursos de EaD. Também integram o número de capacitações os 639 servidores que participaram do X Consad com recursos do Fundo Pró-Gestão.									
1666 - LIMITE DA DESPESA DE PESSOAL/RCL	48,01	%	<=49	46,82	<=48	46,07	<=47	<=46,55	SUOP/ SEPLAG / UO 32101 / OE 2
Justificativa: 2016 - A meta foi atingida, pois o índice apurado ficou abaixo do desejado. Apesar disso, está acima do limite prudencial de 46,55%, determinado pela LRF. 2017 - O índice ficou abaixo da meta estipulada, pois a despesa de pessoal não cresceu na mesma proporção da RCL.									
1703 - TAXA DE CONCLUSÃO DE PROCESSOS DE AQUISIÇÃO NA SCG	74,39	%	-		80	95,5	85	90	COPLAM/SCG/ SEPLAG/UO 32101/OE5
Justificativa: 2017 - Os resultados superiores na conclusão de processos de aquisição, observados no período, se devem à implementação de práticas atualizadas de gestão do processo licitatório e da política gerencial em curso da busca permanente por melhorias contínuas.									
1706 - TAXA DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ALMOXARIFADO	13	%	-		56	77	100	100	COPLAM/SCG /SEPLAG/UO 32101/OE 5
Justificativa: 2017 - A taxa de implantação do e.SupriDF foi ampliada no período em razão da curva de aprendizagem do técnico responsável pelo desenvolvimento do sistema e da maior interação do mesmo com a área demandante.									
1705 - TAXA DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CONTRATOS	30	%	-		68	100	100	100	COPLAM/SCG /SEPLAG/UO 32101/ OE 5
Justificativa: 2017 - A taxa de implantação foi concluída em prazo anterior ao previsto em razão da parceria da SEPLSG/SCG com a CAESB que destinou a sua fábrica para participação no desenvolvimento e customização do sistema, que já se encontra em operação.									
1704 - TAXA DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE LICITAÇÕES	28	%	-		63	45	100	100	COPLAM/SCG /SEPLAG/UO 32101/OE 5
Justificativa: 2017 - O Sistema teve sua taxa de conclusão reduzida em razão de propostas de melhorias introduzidas no escopo de funcionalidades e na agenda de desenvolvimento do produto.									
1667 - TOTAL DOS INVESTIMENTO/RCL	9,39	%	10	3,44	10	4,15	10	10	SUOP/ SEPLAG / UO 32101 / OE 2
Justificativa: 2016 - O comprometimento dos recursos orçamentários com despesas de pessoal e custeio, bem como o impacto da crise econômica, não permitiram o atingimento do percentual proposto. 2017 - O índice não foi obtido devido a frustração no ingresso de operações de crédito, ocasionando o cancelamento de cerca de R\$ 200 milhões de investimento e, ainda, pelo equacionamento do déficit existente, não permitindo maior destinação de recursos de fonte do tesouro para investimentos.									
1700 - ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO DE AGEPS	100	%	-		100	100	100	100	SUPPE/SAGE /SEPLAG/UO 32101/ OE 3
Justificativa: 2017 - Todos os 58 Ageps responsáveis pelas informações de seus respectivos órgãos receberam ao menos uma capacitação em 2017, seja em gestão de projetos ou em alimentação de indicadores, tendo como base o sistema Gestão DF o que reflete 100% da meta cumprida.									
1699 - ÍNDICE DE MONITORAMENTO DOS INDICADORES DOS ACORDOS DE RESULTADOS	100	%	-		100	100	100	100	SAGE/SEPLAG/UO 32101/OE3

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	738.481,00	682.500,00	506.206,31	506.206,31
0026 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO-DISTRITO FEDERAL	738.481,00	682.500,00	506.206,31	506.206,31
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	738.481,00	682.500,00	506.206,31	506.206,31

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
Justificativa: 2017 - Todos os 240 indicadores pactuados nos Acordos de resultados foram monitorados pela Coordenação de Acompanhamento de Indicadores, com frequência mínima mensal. Alguns indicadores possuem periodicidade bianual, como o IDEB por exemplo, porém os mesmos foram monitorados via reporte no sistema Gestão DF.									
1701 - ÍNDICE DE REALIZAÇÃO DE REUNIÕES PREPARATÓRIAS - PRÉ-RARS	100	%	-		100	100	100	100	SUPPE/SAGE /SEPLAG/UO 32101/OE3
Justificativa: 2017 - Um total de 30 reuniões preparatórias foram realizadas no ano de 2017, com vistas a subsidiar e preparar não apenas as reuniões de Acordo de Resultados, mas também Reuniões dos Projetos especiais e Reuniões de Alinhamento da Estratégia.									

6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e financeira

A Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão manteve até 16/11/2017 a execução do contrato nº 028/2012-SEPLAN, firmado junto à Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP, com o objetivo de suprir a Secretaria com serviços de manutenção predial, conservação, copeiragem e serviços gerais, com um total de 40 (quarenta) sentenciados. Em 17/11/2017, foi assinado o Contrato nº 052/2017-SEPLAG, cujo objeto consiste na contratação da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal - FUNAP/DF, para a disponibilização da mão de obra de até 60 (sessenta) sentenciados e egressos do regime aberto ou semiaberto do Sistema Penitenciário do Distrito Federal.

0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9035 - COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA DE EX-EMPREGADO DE EMPRESA ESTATAL - LEI DISTRITAL Nº 701/94	20.466.127,00	19.266.127,00	17.308.981,90	17.308.981,90
0002 - COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA DE EX-EMPREGADO DE EMPRESA ESTATAL - LEI DISTRITAL Nº 701/94--DISTRITO FEDERAL	20.466.127,00	19.266.127,00	17.308.981,90	17.308.981,90
9106 - APOIO FINANCEIRO A CANDIDATO EM CURSO DE FORMAÇÃO	5.000.000,00	1.259.001,00	999.786,67	999.786,67
0002 - APOIO FINANCEIRO A CANDIDATO EM CURSO DE FORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	5.000.000,00	1.259.001,00	999.786,67	999.786,67
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	6.000.000,00	1.355.458,00	1.355.457,11	1.355.457,11
0048 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO-DISTRITO FEDERAL	6.000.000,00	1.355.458,00	1.355.457,11	1.355.457,11

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	20.149.554,00	19.110.535,00	18.118.702,93	17.751.663,20
7007 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL	10.437.683,00	8.398.664,00	7.762.307,88	7.395.268,15
7216 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-PROMOÇÃO DE PDV DOS ÓRGÃOS DA ADM. DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL-DISTRITO FEDERAL	9.711.871,00	10.711.871,00	10.356.395,05	10.356.395,05
9100 - NOMEAÇÕES DECORRENTES DE CONCURSOS PÚBLICOS	47.459.083,00	14.610,00	0,00	0,00
0001 - NOMEAÇÕES DECORRENTES DE CONCURSOS PÚBLICOS-ENFERMEIRO-DISTRITO FEDERAL	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00
0002 - NOMEAÇÕES DECORRENTES DE CONCURSOS PÚBLICOS-TÉCNICO EM ENFERMAGEM-DISTRITO FEDERAL	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00
0003 - NOMEAÇÕES DECORRENTES DE CONCURSOS PÚBLICOS-TÉCNICO EM NUTRIÇÃO-DISTRITO FEDERAL	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00
0005 - NOMEAÇÕES DECORRENTES DE CONCURSOS PÚBLICOS--DISTRITO FEDERAL	40.459.083,00	14.610,00	0,00	0,00
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	99.074.764,00	41.005.731,00	37.782.928,61	37.415.888,88

As ações relacionadas ao programa para operação especial foram, em sua maioria, bem sucedidas, tendo em vista a situação econômico-financeira do Governo do Distrito Federal no presente exercício.

MACRO NÚMEROS DO SISTEMA DE GESTÃO DE PESSOAS (Fonte SIGRH/set.2017)	
Servidores efetivos ativos do Quadro de Pessoal do GDF	125.771
Servidores sem vínculo com o Distrito Federal	6.243
Servidores Aposentados	47.209
Pensionistas	11.502
Pessoas que recebem salários ou benefícios por meio do SIGRH	166.981*
Servidores lotados em unidades de Gestão de Pessoas dos órgãos da Adm. Direta, Autárquica, Fundacional e empresas públicas custeadas com recursos do GDF	3.503
Valor mensal médio da folha de pagamento de servidores que recebem pelo SIGRH	R\$ 1.485.000.000,00

* Este número não contempla os servidores que recebem pelo Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, do Governo Federal (Militares e Polícia Civil)

6003 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2422 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	18.108.000,00	14.108.000,00	12.616.073,00	11.066.073,00
9639 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO--DISTRITO FEDERAL	18.108.000,00	14.108.000,00	12.616.073,00	11.066.073,00
2619 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	5.265.000,00	4.569.086,00	0,00	0,00
9712 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA--DISTRITO FEDERAL	5.265.000,00	4.569.086,00	0,00	0,00
2984 - MANUTENÇÃO DA FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS	14.600.000,00	32.172.534,00	27.855.539,01	27.497.437,30
0009 - MANUTENÇÃO DA FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS--DISTRITO FEDERAL	14.600.000,00	32.172.534,00	27.855.539,01	27.497.437,30
2990 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF	328.200.730,00	403.962.140,00	396.089.865,47	393.661.662,57

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3874 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF--DISTRITO FEDERAL	4.891.776,00	3.218.845,00	2.797.956,18	2.794.171,34
3875 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF-VIGILÂNCIA-DISTRITO FEDERAL	232.349.659,00	286.248.508,00	279.446.560,64	279.446.560,64
3876 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF-LIMPEZA-DISTRITO FEDERAL	90.959.295,00	114.494.787,00	113.845.348,65	111.420.930,59
3943 - REFORMA DO ANEXO DO PALÁCIO DO BURITI	17.261.377,00	13.661.529,28	3.517.949,38	3.160.388,53
0003 - REFORMA DO ANEXO DO PALÁCIO DO BURITI-REVITALIZAÇÃO DO EDIFÍCIO- PLANO PILOTO.	17.261.377,00	13.661.529,28	3.517.949,38	3.160.388,53
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	406.419.333,00	179.124.223,00	174.290.268,46	174.289.202,62
7024 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL	406.419.333,00	179.124.223,00	174.290.268,46	174.289.202,62
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	9.259.935,00	13.378.812,00	11.409.315,19	10.909.315,19
7024 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	9.259.935,00	13.378.812,00	11.409.315,19	10.909.315,19
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	25.702.012,00	26.970.512,00	6.172.114,95	5.827.314,07
7897 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS--DISTRITO FEDERAL	25.702.012,00	26.970.512,00	6.172.114,95	5.827.314,07
9044 - CONSÓRCIO BRASIL CENTRAL	1.900.000,00	2.595.030,00	1.900.000,00	1.900.000,00
0001 - CONSÓRCIO BRASIL CENTRAL--REGIÃO CENTRO OESTE	1.900.000,00	2.595.030,00	1.900.000,00	1.900.000,00
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	2.271.110,00	156.644,00	0,00	0,00
0054 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO-DISTRITO FEDERAL	2.271.110,00	156.644,00	0,00	0,00
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	769.346,00	230.833,00	0,00	0,00
5373 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS--DISTRITO FEDERAL	769.346,00	230.833,00	0,00	0,00
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	8.241.243,00	8.241.243,00	0,00	0,00
9797 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS--DISTRITO FEDERAL	8.241.243,00	8.241.243,00	0,00	0,00
TOTAL - 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	837.998.086,00	699.170.586,28	633.851.125,46	628.311.393,28

CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO

A concessão da bolsa estágio foi mantida durante o exercício de 2017. O Contrato nº 162/2012-SES, com o quantitativo de total de 1608 estagiários compreendendo entre nível médio e superior, distribuídos nos diversos Órgãos do Governo do Distrito Federal.

ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

Referente às ações relacionadas à "Atenção à Saúde e Qualidade de Vida" destacamos a seguir as realizações desenvolvidas pela Secretaria por meio da Subsecretaria de Segurança em Saúde no Trabalho – SUBSAÚDE ao longo do exercício de 2017.

A SUBSAÚDE após unificação das perícias médicas e de todas as atividades de saúde ocupacional e segurança do trabalho legitimadas pelo Decreto nº 36561 de 15 de junho de 2015, passou a ser responsável dentro da Administração Pública não apenas pelo controle burocrático do absenteísmo doença através da Perícia Médica, mas também pela construção de medidas preventivas e ações que promovam a saúde no trabalho.

As atividades desenvolvidas visaram contribuir para a melhoria dos processos ambientais, sociais, psicológicos, políticos, econômicos e organizacionais que afetam a saúde dos servidores públicos no ambiente de trabalho. Sendo assim, foram realizados 239.848 atendimentos em 2017, conforme quadro abaixo:

PRINCIPAIS ATIVIDADES SUBSAÚDE		
SETOR	ATIVIDADES	TOTAL ATENDIMENTOS
DIPEM	JUNTAS MÉDICAS, PERÍCIAS MÉDICAS, PERÍCIA EM TRANSITO, PROCESSOS(ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA, AUXILIO CRECHE, APOSENTADORIA, PAD, OUTROS), READAPTAÇÃO DE SERVIDOR, ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL.	10548
DISPSS	CAPACIDADE LABORATIVA, PERIÓDICOS, ADMISSIONAIS, TRIAGEM ENFERMAGEM, FONOAUDIOLOGIA, CARDIOLOGIA, AVALIAÇÕES PSICOLÓGICAS, SUPORTE PSICOLÓGICOS, PROGRAMAS PADQ E APOSENTADORIA, LTCATS, PPRAS.	23486
DIEPI	RELATÓRIOS ESTADÍSTICOS E EPIDEMIOLÓGICOS, GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO DO SIAPMED, ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIGRH - CODEPLAN, APOIO JUNTO AO GABINETE NO DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS (POSTO AVANÇADO/CEREST/RENAST), CADASTRO DOS SERVIDORES NOS SISTEMAS UTILIZADOS PELA SUBSAÚDE.	*ESTA DIRETORIA NÃO REALIZA ATENDIMENTO DE SERVIDORES
POSTO AVANÇADO	TOTAL DE LICENÇAS HOMOLOGADAS E LANÇADAS NO SIGRH (REFERENCIA 1º SEMESTRE DE 2017)	97348
SIAPMED	TOTA DE AGENDAMENTOS REALIZADOS VIA SIAPMED (REFERENCIA JANEIRO A NOVEMBRO DE 2017)	93183
PARCERIA CODEPLAN	TOTAL DE PRONTUÁRIOS A ATUALIZADOS COM INFORMAÇÃO DA CID NO NO SIGRH WEB	15283
TOTAL DE ATENDIMENTOS		239848

Foi desenvolvido e implantado em parceria com a Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação – SUTIC o Sistema de Agendamento de Perícia Médica-SIAPMED. Esta estratégia criada teve impacto imediato no expediente da SUBSAÚDE, melhorando a qualidade do atendimento e permitindo um melhor gerenciamento das atividades inerentes a homologação de licenças médicas.

Os objetivos alcançados neste primeiro momento acentuaram a necessidade de expandir o projeto de informatização para os diversos setores da SUBSAÚDE e possibilitar aos gestores e profissionais melhorias nos serviços prestados, garantindo a veiculação das informações de forma ágil e confiável, reduzir os gastos com impressões de formulários de agendamento assim como um acesso rápido e integrado de todas as atividades da SUBSAÚDE.

Para a expansão e melhorias no sistema de agendamento e de atendimentos relacionados à saúde do servidor realizados na SUBSAÚDE foi realizado levantamento pela equipe do projeto de informatização da SUBSAÚDE. As atividades de atendimento se dividem basicamente em oito módulos: Perícia Médica, Processos, Promoção a Saúde, Psicologia, Readaptação, Assistência Social, Otorrinolaringologia e Fonoaudiologia. Cada Módulo de atendimento compreende diversos serviços relacionados entre si.

Atualmente o agendamento da Perícia Médica já está sendo utilizado, onde o próprio servidor ao entrar de licença médica ou licença para acompanhar familiar enfermo faz o agendamento da sua perícia através do site <http://siapmed.df.gov.br/> ou pelo Call Center 156. As agendas para os outros módulos já estão em fase de implantação.

MANUTENÇÃO DA FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS E MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS (VIGILÂNCIA E LIMPEZA)

A Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão manteve durante o exercício de 2017 a execução dos contratos relativos à Manutenção da Frota Oficial de Veículos do Governo do Distrito Federal, à Manutenção de Bens Imóveis do Governo do Distrito Federal na área de vigilância, brigada e limpeza.

São atendidas por um, ou mais, desses contratos as 21 Secretarias de Estado, 31 Administrações Regionais, quatro órgãos especializados, além de autarquias, fundações e empresas públicas.

Os contratos corporativos visam melhorar os serviços e reduzir custos relativos à prestação de serviços de vigilância, brigada contra incêndio e pânico, limpeza, asseio e conservação, telecomunicações e dados móveis, estágio e aprendizagem, bem como manutenção, abastecimento e locação de veículos.

➤ **Gestão dos Contratos Corporativos**

Em 2017, a Secretaria, por meio da Subsecretaria de Contratos Corporativos – SUCORP, teve sob sua gestão 45 contratos corporativos. Em razão disso, em novembro de 2017, por exemplo, foram acompanhados e/ou fiscalizados 1.782 postos de vigilância, 1.854 postos de limpeza, asseio e conservação, 35 postos de bombeiros civis (brigadistas), 572 veículos locados, 863 linhas de telefonia móvel e 1608 estagiários. Além disso, foram abastecidos 1.300 veículos.

➤ **Desenvolvimento/implantação do Sistema de Fiscalização de Contratos Corporativos (SFCC) em parceria com a SUTIC e SCG**

Em maio de 2017, entrou em produção o módulo Relatório Circunstanciado para o contrato de prestação de serviços de brigada contra incêndio e pânico e, em 1º de dezembro de 2017, citado módulo passou a ser utilizado também para os contratos de vigilância e de limpeza, asseio e conservação.

➤ **Revisão dos modelos de relatórios**

Os modelos de Relatórios Circunstanciados e Analíticos utilizados no acompanhamento dos contratos corporativos foram revistos em 2017 a fim de apresentarem informações mais objetivas. Assim, além de estarem mais consistentes e menos genéricos, os novos modelos facilitam a identificação dos problemas e a realização de gestões junto à contratada pelas Comissões Executoras.

➤ **Capacitação das Comissões Executoras e dos Executantes Locais**

Em 2017, houve cinco turmas do curso "Acompanhamento e Fiscalização de Contratos", com até 48 participantes. As vagas nesse curso foram oferecidas, prioritariamente, aos

integrantes das comissões executoras e aos executores dos contratos sob a gestão da SUCORP, sendo disponibilizadas a executores de outros contratos, somente caso, por desinteresse ou impossibilidade dos executores, a turma não estivesse completa.

Além disso, em dezembro de 2017, foram realizadas quatro palestras a executores de contratos corporativos com o objetivo de prestar orientação a esses.

REFORMA DO ANEXO DO PALÁCIO DO BURITI

Das ações relevantes relacionadas ao funcionamento do Edifício Anexo do Palácio do Buriti, destacam-se:

➤ **Acompanhamento do consumo de água potável no Edifício Anexo do Palácio do Buriti**

As diversas práticas implantadas reduziram consideravelmente o consumo de água do Edifício Anexo do Palácio do Buriti, atingindo a marca, no mês de novembro de 2017, de 23% de redução, comparada ao mesmo período do ano de 2015:

- Realizando-se a leitura diária do consumo de água, com o objetivo de identificar alterações no padrão de consumo para executar as correções necessárias, a fim de reduzir o desperdício de água, em atendimento do Decreto nº 37.644/2016, que instituiu a política de redução de consumo de água pelos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta do Distrito Federal;

- Substituição pela CAESB do relógio analógico de medição do consumo de água por um sistema digital, melhorando a leitura do consumo;

- Implantação de boas-práticas para o consumo consciente da água: utilização de baldes de água na lavagem do hall e vidraças da Edificação;

- Treinamento dos colaboradores da limpeza e conservação para identificação de vazamentos, aumentando assim a resposta na manutenção e correção de problemas hidráulicos.

- Foi realizada a reforma da caixa d'água do Anexo, devido a vazamentos, bem como, a troca do registro da tubulação de limpeza da caixa d'água;

- Campanha de comunicação interna com a Assessoria de Comunicação (ASCOM) para a conscientização do uso da água.

➤ **Controle de acesso ao Edifício Anexo do Palácio do Buriti**

O volume registrado de visitantes no Edifício Anexo em 2017 foi de 41.805 (quarenta e um mil e oitocentos e cinco) pessoas.

Para o melhor controle de visitantes, encontra-se em andamento a instalação de catracas eletrônicas, por meio do Contrato nº 047/2017, o que possibilitará um maior controle do acesso, tanto dos servidores lotados no Anexo como dos visitantes do Edifício.

No dia 1º de dezembro de 2017, iniciou-se o serviço de recepcionistas, por meio do Contrato nº 50/2017, viabilizando maior agilidade e controle no atendimento aos cidadãos, que buscam os serviços oferecidos pelos órgãos lotados no Edifício.

➤ **Gestão da manutenção e conservação do Edifício Anexo do Palácio do Buriti**

Aquisição dos Containers para separação do lixo produzido no Edifício Anexo e treinamento dos colaboradores da limpeza e conservação para separação do lixo e identificação de vazamentos.

ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL e CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES

Foram executadas de forma satisfatória pela Secretaria de Planejamento, através de sua Subsecretaria de Administração Geral, as ações de pessoal com foco no desenvolvimento de competências comportamentais e de benefícios ao servidor.

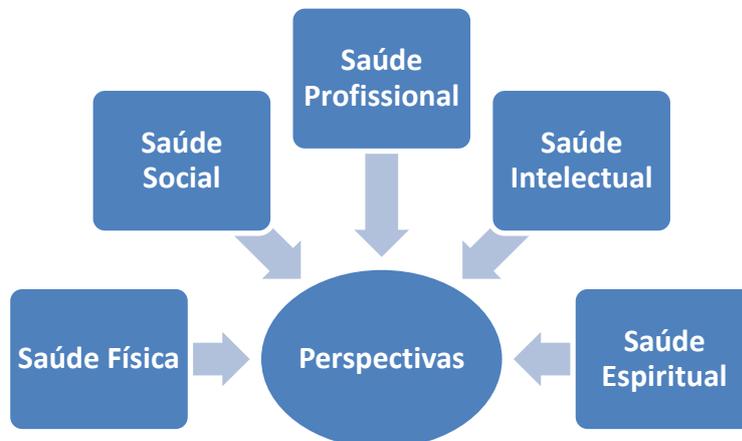
➤ **Workshops vivenciais**

- Empoderamento Feminino: Thirza Reis;
- Acordar: Autoconhecimento e Alta Performance – Pedro Costa;
- Psicossomática: Como o trabalho influencia a nossa saúde – Cristiane Contreiras;
- Liderança: Inteligência em Liderança – Seja líder de si mesmo – Adriano Cedro.

➤ **Pesquisa de saúde**

Foi realizada uma pesquisa de saúde, visando conhecer a saúde dos servidores da SEPLAG. Os resultados obtidos permitiram identificar as lacunas na saúde dos servidores; oferecer ações que visem melhorar a saúde dos servidores nas perspectivas investigadas; direcionar as ações propostas no Programa de Qualidade de Vida dos servidores; minimizar o adoecimento e afastamento do trabalho; auxiliar na melhoria do clima organizacional; propiciar ambiente de trabalho favorável à motivação e fomentar discussões acerca do tema.

Realização 100% on-line, cujas perspectivas avaliadas foram:



➤ **Preparação para a Aposentadoria**

Foi disponibilizado um espaço de discussão acerca da preparação para a aposentadoria no contexto físico, financeiro e emocional. Foram oferecidas 4 oficinas, sendo 1 temática e 3 psicossociais realizadas em parceria com a SUBSAÚDE.

➤ **Coach para Servidores**

Com o objetivo de oferecer ao servidor uma ferramenta diferenciada que permita o auto desenvolvimento e o desenvolvimento de competências essenciais, com definições de metas e objetivos profissionais e pessoais. O coach foi ofertado pelo Servidor Carlos Henrique, gestor e coach.

➤ **Qualidade de Vida do Servidor**

O programa de qualidade de vida tem como proposta precípua tornar a SEPLAG um lugar melhor para se trabalhar, a fim de o adoecimento e a desmotivação serem minimizados, potencializando, assim, a qualidade de vida, a motivação e a integração. Principais ações:

- Palestra venha cuidar da sua saúde – Zone Diet;
- Corrida de rua em parceria com a Pouplex;
- Realização de visitas a museus;
- Realização de eventos em comemoração aos dias do servidor, da mulher e do homem;
- Ginástica Laboral;
- Campanha de doação de sangue;
- Realização de festa junina.

MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS

➤ **Gestão do Patrimônio**

Quanto a Gestão do Patrimônio Mobiliário, as ações lideradas merecem grande destaque. No presente ano houve uma economia na ordem de R\$ 709.960,03 (setecentos e nove mil, novecentos e sessenta reais e três centavos) em relação aos bens que foram redistribuídos para outros órgãos.

Foram redistribuídos 1000 (mil) bens para outras Secretarias e Administrações Regionais, sendo que a Secretaria de Estado de Saúde-SES recebeu 321 (trezentos e vinte e um) desses bens.

Assim, o Governo do DF deixou de gastar esse valor a título de móveis de escritório e afins, todos necessários ao funcionamento dos diversos órgãos do Complexo Administrativo do GDF.

Ademais, constam na soma dos itens redistribuídos, 450 (quatrocentos e cinquenta) bens que recebemos por doação do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC, dentre esses, estações de trabalho, mesas, cadeiras, armários, estantes de aço e gaveteiros.

Relevante mencionar o leilão realizado com 44 lotes, sendo 25 de bens móveis e 19 de veículos, com valor de avaliação somando-se R\$ 51.700,00 (cinquenta e um mil e setecentos reais) e arrecadados um total líquido de R\$ 312.126,40 (trezentos e doze mil, cento e vinte e seis reais e quarenta centavos). Soma-se um total de 43.709 (quarenta e três mil e setecentos e nove) de bens arrematados.

Sobre o reaproveitamento de mobiliário, mudou-se a forma de recolhimento de bens considerados inutilizáveis pelos órgãos públicos. A reciclagem é feita de forma permanente, sem gerar novas despesas e possibilita a economia com novas aquisições.

➤ **Gestão do Patrimônio Imobiliário**

Em 2017, foi elaborado projeto básico e executado o contrato com elaboração de 36 (trinta e seis) laudos de avaliação mercadológica dos imóveis a serem transferidos para o IPREV, elencados na Lei Complementar 917/2016, por meio dos Processos Administrativos SEI 0410.000487/2017 e 00410.00019396/2017-01.

Essa contratação visa à recomposição do patrimônio do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal. Tal contratação, no valor de R\$ 27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais), gerou grande economia aos cofres públicos, visto que no Processo 410.001267/2015 vislumbrou-se a contratação da Caixa Econômica Federal, no valor aproximado de R\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais) para a execução do mesmo serviço.

Foi realizada visita técnica, em 30/11/2017, ao Conselho do Patrimônio Imobiliário do Estado de São Paulo, que tem o papel de elaborar, propor e executar a política patrimonial do Estado, com a finalidade de se obter informações acerca do Sistema de Gestão do Patrimônio de Imóveis utilizado por esse Estado.

➤ **Implantação e atualização do Sistema de Informações de Concessão e Permissão (SICP)**

Com vistas ao atendimento do art. 50 da Lei Orgânica do Distrito Federal, a fim de aperfeiçoar o SICP junto à SUTIC. Com isso, houve a inclusão de 87 (oitenta e sete) órgãos e 1.135 (mil cento e trinta e cinco) registros de permissões e concessões.

➤ **Modernização da Gestão Documental**

Com melhoria do Sistema de Indexação de Normas Jurídicas (SINJ-DF), já foi implementado o "Notifique-me" de DODF's, que permite um sistema mais dinâmico e interativo ao usuário; facilidade na inserção de dados e na atualização das normas; Melhora gradual na gestão e transparência da informação e que facilitará o uso do sistema pelo usuário final.

Capacitar usuários do Sistema Integrado de Controle de Processo – SICOP, com o objetivo de alcançar excelência na formação, utilização e aprimoramento dos usuários, no uso eficiente/eficaz do sistema SICOP. Resultados obtidos: capacitados 120 servidores na EGOV; capacitados 26 chefes de Unidades Protocolizadoras para compartilhamento da gestão do sistema e; dirimidas dúvidas e realizados alinhamentos em visitas e palestras nos órgãos.

➤ **Desenvolvimento Estratégico de Pessoas (nas unidades protocolizadoras)**

Com o objetivo de elucidar dúvidas e padronizar o entendimento a fim de aprimorar as atividades realizadas pelas Unidades Protocolizadoras facilitando e desburocratizando a instrução e as decisões processuais, os integrantes da Rede Integrada de Protocolos do Distrito Federal - REPROT-DF foram capacitados no SICOP, por meio de treinamentos realizados na EGOV. Palestras foram realizadas nos próprios órgãos e entidades integrantes da Rede. Foram promovidas, também, reuniões periódicas da própria REPROT-DF.

➤ **Gestão dos Sistemas SICOPWEB e SEI**

Ações junto aos usuários auxiliando e/ou atendendo chamados em tempo hábil, com cadastramento para assinaturas externas dos Contratos, digitalização de processos físicos para inclusão no SEI.

➤ **Gestão de contratos**

- **Contrato de telefonia**

Para melhoria e aumento no sistema de comunicação da Secretaria, com redução de despesas e aumento de ramais, foi elaborado o Contrato nº 057/2017- SEPLAG, firmado com a Networld Provedor e Serviços de Internet LTDA-EPP.

Destaca-se que, com o novo contrato de telefonia, a Subsecretaria de Gestão de Programas e Projetos Estratégicos – SUPPE/SEPLAG, que atualmente está instalada na casa do Lago Sul QI 11 (cujo contrato e gestão de manutenção dos telefones eram da Casa Civil), contará com maior quantidade de serviços e configurações nas linhas a serem instaladas; melhorias na auditoria das chamadas; além de maior economicidade; o que por sua vez melhorará como um todo a gestão do serviço de telefonia da unidade. A Escola de Governo – EGOV, a Subsecretaria de Segurança e Saúde no Trabalho SUBSAÚDE e DT também contarão com essas melhorias.

CONSÓRCIO BRASIL CENTRAL

As ações relacionadas ao Acordo de Cooperação celebrado entre o Distrito Federal e os Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Rondônia, que tem como objetivo a promoção e o desenvolvimento sustentável da Região do Brasil Central, foram em sua maioria, bem sucedidas, tendo em vista a situação econômico-financeira do Governo do Distrito Federal no exercício.

Foram feitas 06 (seis) reuniões; Planejamento estratégico revisto; iniciados projetos de indicação de alíquotas, indicação de produtos para exportação, dentre outros.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

AÇÕES DE CONTROLE INTERNO

As ações executadas pela SEPLAG, através de sua Unidade de Controle Interno (UCI), no ano de 2017 tiveram como diretrizes: acompanhar as recomendações dos órgãos de controle externo - TCDF, TCU, CGDF, MPDFT, PGDF; assessorar e orientar os gestores quanto ao cumprimento de normas de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional, patrimonial e de aposentadorias e pensões; oferecer orientação preventiva aos gestores contribuindo para identificação antecipada de riscos e para a adoção de medidas e estratégias da gestão voltadas à correção de falhas, aprimoramento de procedimentos e atendimento do interesse público.

Destaca-se que a UCI elabora o seu "Relatório Trimestral de Atividades", de acordo com o padrão recomendado pelo Órgão Central de Controle, a Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF. Esse Relatório é encaminhado à CGDF, ao final de cada trimestre, em formato eletrônico e impresso. De acordo com o modelo da CGDF, o Relatório de Atividades deve contemplar: as competências das UCIs (pontos de controle da ação), o escopo da ação, detalhamento da atividade, produto gerado, destinatário e os resultados obtidos.

Dentre as principais ações executadas encontram-se:

- 1) Coordenação da elaboração do Plano de Dados Abertos da SEPLAG;

- 2) Atualização do site da SEPLAG no item "Acesso à Informação", conforme Lei Distrital nº 4.990, de 12 de dezembro de 2012, elaborada nos termos da Lei Federal nº 12.527, de 2011;
- 3) Reunião de Alinhamento entre UCI e Subsecretarias, proporcionando maior integração entre as Unidades (parceria), esclarecimento de dúvidas quanto ao trâmite de processos relacionados aos órgãos de controle e Padronização das respostas (notas técnicas).
- 4) Participação da Comissão para apurar indícios de fraude à Concorrência nº 01/2008-Codeplan e instaurar procedimento administrativo para avaliar a recomendação de declaração de nulidade da Concorrência nº 01/2008-Codeplan e do Contrato de Concessão Administrativa para a construção, operação e manutenção do Centro Administrativo do Distrito Federal (CADF), firmado entre o Distrito Federal (DF) e a Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal (CENTRAD), conforme o Relatório de Auditoria Especial nº 01/2017-DINPC/COAPP/COGEI/SUBCI/CGDF;
- 5) Participação no Grupo de Trabalho IN nº 05/2017: para analisar a viabilidade técnica de recepcionar ou editar norma própria assemelhada às disposições constantes da novel IN nº 05/2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Portaria nº 398, de 15 de agosto de 2017. Processo SEI nº 410-00016604/2017-10;
- 6) Participação no Grupo de Trabalho Comitê Ficha Limpa: para vedar às admissões no Governo de pessoas que tenham praticado ato tipificado como causa de inelegibilidade prevista na legislação eleitoral;
- 7) Atuação na prestação de contas da SEPLAG e do Governador, através do esclarecimento de dúvidas, mediante apresentação de justificativa e consequente exclusão de falhas no relatório preliminar de contas.
- 8) Atuação em 41 processos que tratam de: auditorias, inspeções e solicitações de ação corretiva.

PROCESSOS DISCIPLINARES

Em 2017, esta Secretaria envidou esforços para dar andamento ao passivo de processos disciplinares da SEPLAG. Assim, foram autuados 22 (vinte e dois) processos disciplinares.

GESTÃO DE PESSOAS

A Secretaria, por meio da Subsecretaria de Gestão de Pessoas-SUGEP, tem a missão de promover políticas em gestão de pessoas que assegurem direta contribuição para a realização da estratégia do Governo do Distrito Federal, com ênfase no desenvolvimento de competências, na garantia dos direitos e deveres, no equilíbrio de interesses e na qualidade de vida e que assegurem a valorização, qualificação e a motivação dos servidores.

Em 2017, a SUGEP/SEPLAG foi responsável por oito projetos. Dois são estratégicos e integrantes do Acordo de Resultado firmado entre a Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão e o Senhor Governador: o primeiro, licitação para aquisição de novo sistema corporativo de base tecnológica para gestão de pessoas, com capacidade para registros e processamento de folha de pagamento de 200 mil servidores. Outro, a aprovação da Política de Valorização de Servidores com realização do Ciclo 2017 do Prêmio InovaBrasília. Outros três projetos foram estratégicos no âmbito da SEPLAG, a saber, o processo licitatório para contratação de consultoria em Dimensionamento da Força de Trabalho, o processo licitatório para contratação de consultoria em mapeamento de competências e o desenvolvimento do "painel de gestão de pessoas". As contratações referidas envolvem transferência de tecnologia/conhecimento. Além desses são relacionados outros projetos estratégicos no âmbito da SUGEP, os fóruns de Gestão de Pessoas, como meio para aproximação dos órgãos do respectivo Sistema e a capacitação em mapeamento de processos.

➤ **Aquisição do novo Sistema de Gestão de Pessoas**

Trata-se da aquisição de Solução integrada, parametrizável e customizada de Tecnologia da Informação para dotar o Governo do Distrito Federal de ferramenta tecnológica moderna e segura, com funcionalidades que permitam extração de informações com qualidade, rapidez e precisão, visando subsidiar decisões relativas à Gestão de Pessoas.

Ao longo dos últimos cinco ou mais anos de estudos técnicos, diversos questionamentos foram feitos com inúmeras contribuições visando à compra dessa nova Solução Tecnológica. Foram envolvidos no processo, além desta Subsecretaria de Gestão de Pessoas, também a Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação – SUTIC/SEPLAG.

➤ **Política de valorização de servidores**

Trata-se de uma política contributiva no sentido de permitir a concretização do objetivo estratégico: *“tornar o servidor público elemento fundamental para a implementação da estratégia do Governo”*. Instituída por meio do Decreto nº 37.648, de 22.09.2016, ela se propõe a contribuir para realização profissional e o reconhecimento por parte da organização onde o servidor trabalha; aprimorar as relações socioprofissionais por meio do aperfeiçoamento das práticas de liberdade de expressão, respeito e cooperação; ampliar a competência profissional do servidor público, a partir das necessidades do seu espaço de atuação organizacional; e, cooperar para a harmonização e o bem-estar no ambiente de trabalho.

Estão propostos os seguintes meios para a valorização do servidor:

1. No intuito de reconhecer o trabalho do servidor público distrital no desempenho de suas atividades reconhecidas como serviço público de qualidade, com redução de gastos e satisfação da sociedade, e ainda, estimular práticas inovadoras no poder público, o Governo do DF instituiu e premiou em 26/10/2017, os trabalhos apresentados no Prêmio Inova Brasília 2017, nas categorias: Atendimento ao cidadão; Uso eficiente dos recursos públicos; Valorização do servidor; e Práticas transformadoras;

2. Definição de lotação do servidor, mediante critérios que considerem a experiência profissional, o conhecimento adquirido e as habilidades profissionais desenvolvidas pelo servidor, quando possível;

3. Melhoria na qualidade de vida no ambiente de trabalho;

4. Preparação do servidor para os desafios da vida subsequente à aposentadoria;

5. A 7ª edição do Festserv - Festival Esportivo e Cultural dos Servidores no âmbito da administração direta e indireta do Distrito Federal, realizado no período de 24 de novembro e 03 de dezembro, que contou com a participação de mais de mil inscritos, entre servidores e empregados, promoveu e estimulou a prática de atividades esportivas, artísticas ou culturais;

6. Aperfeiçoamento profissional por meio de eventos de capacitação;

7. Sensibilização dos servidores para o envolvimento em ações de voluntariado e de responsabilidade social e/ou ambiental;

8. Reorganização da atividade laboral e aprimoramento dos processos de trabalho visando à eliminação de etapas ou atividades desnecessárias ante avanços tecnológicos ou o surgimento de métodos ou práticas mais modernas.

➤ **Consultoria em dimensionamento da força de trabalho**

Os principais objetivos do dimensionamento da força de trabalho são: 1) identificar o quantitativo das necessidades de cargos para atender às demandas institucionais; 2) diagnosticar as necessidades de melhoria nos processos, nas condições de trabalho e na tecnologia utilizada; 3) analisar a estrutura organizacional e suas competências, bem como as necessidades de redefinição; 4) promover a distribuição de vagas, a partir das necessidades

apontadas pelo processo de dimensionamento; 5) identificar a necessidade de realização de remanejamento e readequação, a fim de atender às demandas institucionais; e 6) subsidiar a formulação de critérios para recrutamento, seleção e remanejamento de pessoal com base nas exigências do cargo e nas competências individuais requeridas para o seu provimento.

O processo licitatório para a contratação da consultoria referida acima foi realizado por meio de Pregão Eletrônico 128/2017, realizado em 29/11/2017 e a contratação encontra-se em andamento.

➤ **Consultoria em mapeamento de competências**

Um dos objetivos estratégicos do Governo do Distrito Federal é “tornar o servidor público elemento fundamental para implementação da estratégia do Governo”, conforme o Plano Plurianual do Governo do Distrito Federal, publicado por meio da Lei nº 5.602/2015.

Para tanto, foi elaborado o Programa Temático “ Gestão para resultados” com o objetivo geral de “promover a eficiência e eficácia da máquina administrativa, visando o equilíbrio fiscal, gestão eficiente de recursos financeiros, orçamentários, humanos e tecnológicos e assegurar transparência e controle social no processo de planejamento e implementação de políticas públicas e ações do Governo”.

Decorrente do objetivo geral acima citado foi inserido o objetivo específico Gestão de Pessoas que pretende “implementar uma política que vise a readequação de pessoas com base no perfil de competências, necessidades das unidades, buscando ainda a valorização por resultado, mérito e qualidade dos serviços prestados”.

➤ **Painel estatístico de pessoal**

Com o objetivo de facilitar o acesso às informações de pessoal disponibilizando os dados oriundos do SIGRH de uma forma prática e moderna, a Subsecretaria de Gestão de Pessoas/SEPLAG desenvolveu o Painel Estatístico de Pessoal. Tal ação irá proporcionar maior autonomia nas buscas às informações por parte dos gestores públicos, imprensa e cidadãos.

Inicialmente o Painel contará com informações apenas do ano de 2017, como uma forma de verificar a aceitação do público em geral, mas a proposta é que seja apresentada uma série histórica do passado recente dos dados de pessoal. Com isso, será possível verificar a evolução dos gastos de folha e quantitativo de servidores no decorrer dos anos.

As vantagens previstas com a implantação do Painel Estatístico de Pessoal são diversas: desde a forma intuitiva de acessar as informações sem a necessidade de que a pessoa seja especialista em ferramentas de estratificação de dados, até o grande ganho de eficiência na consulta de grandes volumes de dados o que facilita o agrupamento e o cruzamento das informações. As visualizações dos dados em formatos de gráficos dinâmicos também facilitam a identificação de situações pontuais e interpretação das informações com maior acuidade. Além do que, essas se tornam mais transparentes, visto que atualização dos dados é feita de forma mais ágil e antecipada.

Por fim, é imperioso destacar que com a tecnologia empregada no Painel será possível agregar rapidamente novas informações e associações na medida em que surjam novas demandas dos gestores e da sociedade.

➤ **Treinamento em mapeamento de processos**

Trata-se de um projeto que possibilitou a compreensão sistêmica das etapas necessárias ao resultado final pretendido pela administração pública na sua prestação de serviços ou produtos à sociedade. Buscou-se melhor compreender as etapas do processo de trabalho, que levam a um resultado pretendido, permitindo saber-se, por exemplo, se existe muitos ou poucos servidores neles envolvidos.

Este projeto foi executado por meio da mobilização de servidores do Quadro de Pessoal do Distrito Federal com conhecimento técnico aprofundado na temática, que atuaram como

instrutores na Escola de Governo/SEPLAG visando à capacitação de 36 (trinta e seis) servidores do GDF, no sentido de assimilar a metodologia e a utilização de ferramentas para mapeamento, análise e melhoria de processos de trabalho.

Associado ao projeto que prevê a contratação de consultoria em Dimensionamento da Força de Trabalho, busca-se um rearranjo na distribuição de pessoal de forma a percebermos qual a real necessidade de ampliação ou remanejamento da força de trabalho.

São esperados os seguintes resultados: o mapeamento, a fluxogramação, a otimização e racionalização dos processos mapeados.

➤ **Fórum de gestão de pessoas**

A realização dos Fóruns de Gestão de Pessoas cumpre uma das competências da Subsecretaria de Gestão de Pessoas enquanto órgão de coordenação gerencial do Sistema. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 29.814/2008, trata-se de reuniões de serviços periódicas, para aproximação dos diversos órgãos setoriais de gestão de pessoas, visando à troca de informações e conhecimentos, com vistas à constante modernização e melhoria do Sistema de Gestão de Pessoas.

Em 2017 foram realizados 7 fóruns, que, cada vez mais, se transformam em eventos relevantes no sentido da uniformização das práticas de gestão de pessoas e, nesse sentido, contribuem para a realização de três outras metas buscadas pela SUGEP:

1. Fomentar a criação de estratégias para que os diversos integrantes do Sistema de Gestão de Pessoas possam contribuir de forma significativa no sentido de permitir que seus respectivos órgãos alcancem suas metas e cumpram suas respectivas missões institucionais;

2. Fomentar a democratização das relações de trabalho e o estabelecimento de processos participativos para solução de problemas relacionados à gestão de pessoas;

3. Fomentar a implantação de planos, programas e projetos relativos às ações de melhoria da qualidade de vida no trabalho, valorização do servidor e a responsabilidade sócio-ambiental nos diversos órgãos integrantes da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal.

➤ **Treinamento em qualidade de vida**

É um preceito de gestão organizacional que prima pela compatibilidade entre bem-estar dos servidores, o desempenho funcional e a missão institucional. Visando contribuir para o desenvolvimento de habilidades e competências comportamentais relacionadas à temática Qualidade de Vida no Trabalho, foi realizado o Curso Qualidade de Vida no Trabalho, participando em 2017 30 servidores da área de gestão de pessoas, que atuarão como Agentes de Qualidade de Vida dos diversos órgãos do Governo do Distrito Federal.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

A Secretaria por meio da Subsecretaria de Captação de Recursos – SUCAP atuou em 2017 na atividade de captação de recursos financeiros, nas modalidades de transferências voluntárias do Orçamento Fiscal e Seguridade Social da União e de operações de créditos (internas e externas), para suporte financeiro aos projetos do Governo de Brasília, em benefício à população do Distrito Federal e áreas de influência.

Destaca-se, também, a articulação entre os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal, no sentido de manterem regularizadas suas situações de natureza jurídica, fiscal, econômico-financeira e administrativa, de forma a atender a todas as exigências previstas no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias - CAUC/SIAFI, com fulcro no Decreto nº 35.109, de 28 de janeiro de 2014.

O desenvolvimento dos trabalhos em 2017 foi afetado pelo contexto econômico nacional e local, na medida em que o Governo de Brasília não ainda alcançou a comprovação de regularidade fiscal quanto ao pagamento de precatórios. Isto impediu a concessão de garantia da União por parte da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que emite diligência ao

Tesouro Nacional (STN) com vistas ao promitente mutuário (DF), para o saneamento da pendência.

Em igual medida, não houve avanço na renovação do risco de crédito pela Caixa Econômica Federal (CEF). Assim, as negociações com a CAIXA permanecem no sentido de se viabilizar a liberação do risco, tendo em vista a contratação de quatro operações de crédito oriundas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Outro fato relevante é que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) rejeitou financiar as referidas operações por força da necessidade de garantia soberana da União de maneira antecipada.

Diante das limitações destacadas, foi priorizada a contratação de operação de crédito junto ao Banco do Brasil no valor de R\$ 600 milhões de reais, destinada a financiar o Programa de Infraestrutura Urbana e Social. A cifra referente à primeira tranche R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) vem oferecendo o devido suporte financeiro de contrapartida a diversos projetos em andamento, desonerando o Tesouro do DF nos investimentos de Infraestrutura Urbana (incluindo Saneamento Básico), Infraestrutura Social (PAC-CPAC) e Desenvolvimento Institucional.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Apresentamos a seguir alguns dos resultados decorrentes da ação da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão ao longo do exercício de 2017, na busca de ampliar de forma eficaz e eficiente o campo de atuação de suas diversas Unidades, bem como as dificuldades encontradas e perspectivas para o exercício de 2018:

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - SUTIC

Realizações

A manutenção e continuidade dos serviços e sistemas corporativos, a hospedagem de sistemas do Centro de Dados – CeTIC e a manutenção do serviço de fornecimento de acesso à Rede GDFNet a seus usuários atenderam aos requisitos do negócio, havendo durante todo o exercício pequenas ocorrências que não trouxeram prejuízos à administração pública.

Com o intuito de promover a ampliação dos serviços prestados, foi concluída a expansão da sala segura, com o aumento da área de alocação de equipamentos e dos sistemas de sustentação do ambiente (condicionadores de ar de precisão, *nobreaks* e sistema de geração de energia), o que possibilitou o atendimento de novas unidades pelo SEI! e a expansão do segmento de fibra ótica da Rede GDFNet, capaz de prover acesso de qualidade à rede e de levar a internet para escolas e hospitais, cuja definição ocorreu em conjunto com as Secretarias de Estado de Educação e Secretaria de Estado de Saúde.

No tocante ao desenvolvimento e implantação de sistemas, o ano foi extremamente produtivo. Foram colocados em produção diversos sistemas como PACC, Inova Brasília e SICP, que apoiaram as áreas de compras, gestão estratégica e administração geral respectivamente, bem como o suporte técnico ao Sistema Eletrônico de Informação – SEI!, utilizado amplamente em diversos órgãos do GDF. Sem esse apoio técnico, a expansão do SEI ficaria prejudicada.

Outro ponto a ser destacado na área de desenvolvimento de sistemas são as melhorias aplicadas nos sistemas já existentes, a citar o SIAPMED, que contará em 2018 com o módulo de atendimento eletrônico (prontuário eletrônico), SISONEP que a partir do ano que vem os pedidos de desbloqueios de emendas parlamentares poderão ser realizados eletronicamente pela CLDF e SFCC que também em 2018 atenderá todos os contratos corporativos como vigilância, limpeza e brigadista.

No que tange à melhoria dos equipamentos de microinformática ofertados aos usuários internos da Secretaria, tivemos êxito na aquisição de scanners de produção para a digitalização de grandes volumes de documentos e a renovação de mais de 70% do parque de computadores, cuja distribuição está prevista para ocorrer no primeiro bimestre de 2018.

Todavia, devido a dificuldades enfrentadas na licitação de solução de impressão, houve a necessidade de implementar solução de continuidade para a prestação dos serviços. Desde 1º de agosto, encontram-se distribuídas ilhas de impressão com equipamentos de propriedade desta Secretaria.

A licitação da solução de impressão tem previsão de conclusão no primeiro semestre de 2018.

Dificuldades encontradas

1. Necessidade de realizar pesquisa de preços em processos de contratação em que a SEPLAG foi partícipe;
2. Comprometimento de todas as áreas da SEPLAG em projetos prioritários;
3. Ausência de política de retenção de talentos, valorização e capacitação contínua dos servidores de TI e de Governança.

Perspectivas e Projetos Estratégicos para 2018

Visão Geral dos Principais Projetos de TIC – 2018	
Nome do Projeto	Status do Projeto
"Nuvem Corporativa Privada"	Construção de uma solução de "Nuvem Corporativa Privada" para o Governo do Distrito Federal, a partir da evolução do atual Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação – CeTIC, que permita o compartilhamento de infraestrutura e a disponibilização de recursos computacionais (redes, servidores, armazenamento, aplicações e serviços), via GDFNet ou Internet. Em fase de estudos.
Serviços Eletrônicos	Construção de Solução Computacional Corporativa para aprimoramento da interação do Governo do Distrito Federal com o cidadão, por meio da prestação de serviços públicos eletrônicos de fácil acesso, via dispositivos digitais, com absoluta segurança – Projeto compartilhado entre CGTIC, Seplag e Sutic. Em fase de estudos
Contínua Expansão da Rede GDFNet	Contratação concluída em setembro. Previsão da realização das conexões a partir da disponibilização do orçamento em 2018.
Contratação de serviços de atendimento nível 1 e 2 para os usuários do CeTIC, GDFNet e SEPLAG	Em fase de elaboração.
Expansão da Solução de Virtualização,	Aquisição fundamental para a implantação do projeto de nuvem corporativa privada do GDF e expansão da capacidade dos serviços do CeTIC. Em fase de elaboração.
Expansão da capacidade dos links de internet e enlaces de comunicação terceirizados	Em fase de elaboração.
Solução de Monitoramento	Contratação concluída em outubro. Em fase de implantação.
Novo Sistema de Recursos Humanos	Licitação realizada em novembro. Em fase de homologação do pregão. Previsão de início do projeto de implantação em 2018. Duração de 3 anos.
Segurança da Informação	Em fase de licitação. Prevê a aquisição de ferramentas que assegurem a segurança, disponibilidade e confiabilidade dos dados trafegados na rede GDFNet e armazenados no CeTIC.
Plataforma Low code	Em fase de elaboração. A aquisição desta plataforma permitirá o desenvolvimento ágil dos sistemas informatizados necessários à Secretaria e previstos no PDTIC 2017-2019.
Computadores	Previsão de distribuição dos equipamentos no 1º bimestre de 2018.

CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES - EGOV

Dificuldades Encontradas

a) Rito estabelecido para aquisição de bens e serviços, aliado à morosidade dos processos, o que impactou na melhoria da qualidade das atividades de capacitação oferecidas pelas diversas áreas da EGOV. Embora a EGOV tenha alcançado a maioria das metas estipuladas com relação à capacitação, esse item comprometeu a meta prevista de melhoria de qualidade, tanto para a realização de instrutoria interna quanto para o desenvolvimento de novos cursos e projetos, bem como de melhoria do ambiente físico de trabalho para os servidores;

b) A reduzida estrutura administrativa e a pouca quantidade de servidores existentes prejudicam a missão institucional. A EGOV fica prejudicada devido aos problemas acarretados pelo deficiente número de servidores do quadro próprio. No ano de 2017 houve pedidos de licença médica, 02 (duas) aposentadorias, licença sem vencimento e para suprir a falta de mão de obra a Escola recebeu colaboração de três servidores vindos de outras unidades da SEPLAG, mas tendo em vista a rotatividade de servidores citada, os problemas continuam e só se agravam, requerendo assim, o aumento de força de trabalho e outra reestruturação;

c) Falta de autonomia administrativa, financeira e operacional. Atualmente, a Escola de Governo é uma unidade ligada ao Gabinete da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, de acordo com o Decreto nº 36.825, de 22 de outubro de 2015.

Perspectivas e projetos estratégicos 2018 - EGOV

a) Proposta de alteração do Inciso III, parágrafo 1º, art. 100, da Lei Complementar nº 840/2011;

b) Projeto de Lei para transformação da EGOV em uma autarquia;

c) Projeto que altera a Lei nº 2.958, de 26 de abril de 2002, que dispõe sobre o Fundo de Melhoria da Gestão Pública da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal (Pró-Gestão);

d) Projeto de implantação da Escola Superior de Gestão, subordinada à SEPLAG/DF, sediada na EGOV, e a sua respectiva manutenção pela FUNAB/DF, na forma da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei Distrital nº 5.141/2013, do Plano Distrital de Educação e da legislação de regência;

e) Adaptação da sala de multimídia da EGOV, com aquisição e instalação de equipamentos para gravação de videoaulas e outros conteúdos, transformando o espaço em um moderno estúdio de gravação, com o objetivo de atender, em plataforma Moodle, às demandas dos órgãos e das entidades do Governo do Distrito Federal.

PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DO GOVERNO - SUPLAN

Realizações

Ao longo de 2017 a Subsecretaria de Planejamento da SEPLAG, em cumprimento à legislação vigente, realizou as atividades de sua competência conforme detalhadas nesse Relatório.

Cabe ressaltar que mesmo com a equipe técnica muito reduzida, houve o esforço e comprometimento dos servidores para o desenvolvimento das atividades institucionais, elaboração dos Relatórios de Governo para encaminhamento aos órgãos de controle, bem como atendimento às demandas de informações por parte do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, Câmara Legislativa do DF, Ministério Público e órgãos e entidades do complexo administrativo do GDF.

A equipe buscou ainda desenvolver as atividades de inovações tecnológicas, por meio do Desenvolvimento do Sistema Relatório de Atividades – RAT em plataforma WEB, que resultará em maior agilidade no processo de elaboração do Relatório de Atividades do Governo que integra a Prestação de Contas Anual do Governador, conduzindo à otimização do tempo utilizado na formatação do documento e destinando-se maior tempo para análise qualitativa das informações. O Sistema permitirá melhor interlocução com as unidades durante o processo de elaboração dos Relatórios e visa aprimorar a qualidade e coerência das informações que também constam das Tomadas de Contas dos Ordenadores de Despesas/SEF, e subsidiam a elaboração de Relatórios da Controladoria-Geral do DF - CGDF.

O público alvo beneficiado com os produtos elaborados pela SUPLAN são os órgãos de controle interno e externo que recebem os relatórios com as informações de Governo, as Unidades Orçamentárias do Complexo Administrativo do GDF, uma vez que os produtos elaborados por essa Área em geral consolidam as informações de todas as unidades e refletem

a atuação do GDF, e ainda a sociedade, visto que as informações consolidadas e/ou produzidas pela SUPLAN/SEPLAG são disponibilizadas na internet.

Dificuldades encontradas

As dificuldades enfrentadas no exercício de 2017 dizem respeito a recursos humanos e tecnologia da informação.

No que se refere à informatização, os módulos do SAG e PPA integrantes do Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGO carecem de manutenção e de aperfeiçoamento para recuperar não só funcionalidades e relatórios como também promover atualizações e inovações visando melhorar a qualidade das informações que integram os instrumentos de planejamento, acompanhamento e avaliação do Governo do Distrito Federal. Com os recursos do Profisco-DF e apoio da SUTIC/SEPLAG e SUTIC/SEF, espera-se aperfeiçoar os trabalhos desenvolvidos na Área de Planejamento dessa Pasta. Nesse sentido, destaque-se que os trabalhos estão em andamento.

Em 2017, a SUPLAN/SEPLAG, também, sofreu com a carência de pessoal técnico para desenvolvimento das atividades, tanto no Órgão Central de Planejamento quanto nas Unidades Orçamentárias. No Órgão Central, até meados de dezembro/2017 a equipe técnica era constituída por apenas dez servidores efetivos, que desenvolvem atividades de coordenação, análise e consolidação das informações de todas as Unidades do Governo do Distrito Federal. Essas atividades englobam desde a elaboração e revisão do Plano Plurianual, seu acompanhamento e avaliação, até a elaboração de relatórios que integram a Prestação de Contas Anual do Governador.

Destaque-se ainda que na segunda quinzena de dezembro de 2017, a Subsecretaria de Planejamento recebeu quatro Auditores de Controle Interno, aprovados no último concurso de 2014, o que contribuirá para o desenvolvimento de suas atividades. Entretanto, considerando o longo período sem a recomposição da força de trabalho que foi reduzindo a cada ano, ainda há necessidade de melhorar a composição de sua Força de Trabalho e sua estrutura organizacional, com o restabelecimento de uma coordenação que possa atuar no desenvolvimento de estudos, metodologias, levantamento de informações e proposição de inovações metodológicas e tecnológicas para os instrumentos de planejamento, acompanhamento e avaliação do GDF visando a produção de informações gerenciais e estratégicas que auxiliem a tomada de decisões do Governo, bem como para dar continuidade à atualização dos mapeamentos de processos, cronogramas de atividades/responsabilidades, manuais de procedimentos internos, aperfeiçoamentos dos manuais e instruções destinados ao público externo da SEPLAG.

Vale ressaltar que o quadro reduzido de servidores, prejudica uma análise mais apurada das informações e o aperfeiçoamento do conteúdo dos relatórios encaminhados à CLDF e disponibilizados na Internet; dificulta a proposição de inovações e novas metodologias; limita as oportunidades de capacitação; e limita a atuação no desenvolvimento dos produtos decorrentes do PROFISCO-DF visto que há necessidade de compatibilização das atividades de rotina com as atividades de inovações.

Outro fator que vem dificultando a elaboração dos instrumentos de planejamento, acompanhamento e avaliação do GDF, refere-se à alta rotatividade dos servidores que atuam na área de planejamento das Unidades Orçamentárias, o que causa descontinuidade e pode comprometer a qualidade das informações prestadas ao Órgão Central.

Perspectivas e projetos estratégicos 2018

Para 2018, as principais perspectivas dizem respeito à mitigação e/ou resolução dos problemas enfrentados ao longo dos últimos exercícios, a saber: continuidade da capacitação dos servidores; melhoria da estrutura organizacional, modernização das ferramentas de trabalho, em especial dos sistemas de informática; impressoras e computadores mais modernos com melhor capacidade de processamento e softwares também mais modernos que permitam a

elaboração de relatórios com informações estratégicas de planejamento que subsidiem decisões de governo.

Outra expectativa para 2018 refere-se à avaliação dos Objetivos Específicos dos Programas do PPA 2016-2019, pois, espera-se demonstrar os avanços conseguidos em seus indicadores ao longo do processo de elaboração e execução do PPA 2016-2019, bem como, desenvolver estudos e pesquisas relativos à metodologia de elaboração e avaliação do Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023 e seu alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável- ODS.

Dentre os projetos estratégicos, está em andamento o desenvolvimento do Sistema de Avaliação do PPA com recursos do Profisco-DF; o aperfeiçoamento do Sistema SIGGo/PPA para utilização quando da elaboração do próximo PPA 2020-2023, visto que esse Plano será elaborado em 2019, e o sistema adequadamente estruturado permitirá melhor interlocução das unidades com a SUPLAN/SEPLAG, durante o processo de elaboração do Plano.

ORÇAMENTO PÚBLICO – SUOP

Principais problemas identificados

Para realização de suas atividades a SEPLAG utiliza-se de sistemas informatizados, como o SIGGO, além de ferramentas gerenciais de Banco de Dados.

As dificuldades encontradas na realização das atividades estão relacionadas à deficiência dessas ferramentas de trabalho, destacando a inexistência de um sistema eficaz, compatível com a complexidade das demandas e a dependência de planilhas e documentos não integrados digitalmente, o que impossibilita a extração de informações qualitativas em tempo real.

Perspectivas e Projetos para 2018

Para o exercício de 2018 as perspectivas giram em torno de sanar as dificuldades relacionadas, de modo a propor mecanismos para melhorar o processo em tela, a fim de aperfeiçoar, dar celeridade e maior transparência aos assuntos demandados.

Importante ressaltar que alguns tópicos já estão sendo materializados com a reestruturação da subsecretaria e com a recomposição da força de trabalho, devido a nomeação de novos auditores de controle interno na área de planejamento e orçamento, quais sejam: o mapeamento dos processos internos da SUOP e levantamento das necessidades para modernizar a sistemática de elaboração das leis orçamentárias.

COMPRAS GOVERNAMENTAIS - SCG

➤ Parcerias Estratégicas:

ENTIDADES PARCEIRAS	AÇÕES ESTRATÉGICAS CONTEMPLADAS
 <p>SECRETARIA DA FAZENDA DO AMAZONAS – SEFAZ/AM EMPRESA DE PROCESSAMENTO DE DADOS AMAZONAS S/A – PRODAM</p>	<ol style="list-style-type: none">Metodologias e procedimentos para a produção, tratamento e disseminação de informação.Metodologias, procedimentos e cooperação técnica para implementação de política de gestão de iniciativas de software livre, sua manutenção e aplicação em ações práticas para o Estado.Metodologias de desenvolvimento, construção e contratação de soluções informatizadas, em especial utilizando o software livre.Utilização de sistemas e softwares aplicativos de interesse das partes.
 <p>GOVERNO DE BRASÍLIA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA</p>	<ol style="list-style-type: none">Customização (fábrica de software) de sistemas de TIC de gestão do ciclo de compras governamentais desenvolvidos por outro ente da federação para implantação no GDF.Consultoria especializada para formulação de metodologia integrada do ciclo de compras governamentais no âmbito do GDF.Capacitação de pessoas para a implantação da metodologia integrada do ciclo de compras governamentais no GDF.

 <p>SEFAZ-SP SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO/SEFAZ/SP BOLSA ELETRÔNICA DE COMPRAS – BECSP</p>	<p>a. Metodologias e procedimentos para a produção, tratamento e disseminação de informação. b. Troca de experiências, metodologias e instrumentos de apoio à gestão de compras governamentais.</p>
 <p>SEBRAE SEBRAE - DF SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE/DF</p>	<p>Desenvolvimento de fornecedores e ampliação do acesso das micro e pequenas empresas e das empresas de pequeno porte (MPE/EPP), às compras governamentais realizadas pelo GDF.</p>
 <p>caesb</p>	<p>a. Celebração de Acordo de Cooperação visando a cessão de direitos de uso de sistema de gestão de contratos. b. Apoio na customização e adaptação de sistema de gestão de contratos, às demandas da SCG.</p>

Principais problemas identificados

No decorrer do ano de 2017 a SCG/SEPLAG observou alguns aspectos deficientes nas instruções processuais, principalmente no que tange às adesões a atas de registro de preços. Destacados abaixo os principais problemas encontrados:

- processos encaminhados com prazo exíguo para a perda de vigência das atas para adesão;
- instrução processual precária, muitas vezes sem a documentação mínima prevista no Decreto nº 36.519/2015;
- pesquisa de preços sem atendimento aos requisitos legais, dentre outros;
- necessidade de aumento de força de trabalho, aliado ao investimento em capacitação;
- necessidade de adoção de procedimentos e métodos com vistas à redução de tempo nas validações de propostas, pelas distintas partes interessadas;
- Os canais de comunicação: telefone, portal e-Compras, Hesk e publicação no DODF não garantem que todas as unidades do complexo administrativo do GDF tomem conhecimento do PLS ou que tomem ciência, em tempo, de respondê-lo;
- Grande rotatividade de pessoal na área de compras e almoxarifado das unidades;
- Metodologia de cálculo nos quantitativos de PLS: falta de descrição da metodologia para estabelecer métricas de dimensionamento;
- Dificuldade em consolidar os dimensionamentos dos órgãos, toda a consolidação feita em excel;
- Gerenciamento de Atas feito via Excel e Access;
- Falta de sistema via web para gerenciamento dos PACC, PLS, SC, Autorização de Compras;
- Falta de ferramenta para extrair relatórios, impossibilitando a utilização de indicadores, bem como a efetiva mensuração dos resultados;
- Desatualização do Decreto que regulamenta o SRP;
- Equipamentos de trabalhos (computadores) obsoletos e com configuração que não suporta o uso dos sistemas e planilhas;
- Rede muito lenta de modo a ocasionar perda de trabalhos.

Perspectivas e Projetos Estratégicos que serão trabalhados no ano de 2018

Para o próximo ano, o plano de ações do Programa COMPRASDF prevê, entre outros avanços, a instituição do sistema de governança em compras públicas, a aplicação de uma matriz de riscos para o Programa COMPRASDF, a efetiva implementação de um sistema de indicadores de avaliação do desempenho do mesmo Programa, a ser disponibilizado no contexto dos sistemas de e-Compras e a execução do programa de certificação de competências para capacitação e reconhecimento da expertise dos servidores, nas várias demandas de conhecimentos do novo ciclo integrado de compras.

Serão implementadas as próximas fases de modernização do ciclo de compras no eixo Metodologia, com a elaboração de cadernos técnicos para subsidiar o planejamento das aquisições governamentais.

No eixo Tecnologia, a implantação dos sistemas eletrônicos para gestão do ciclo de compras públicas do GDF, apresenta o seguinte cenário:

- Sistema de Licitações (e-ComprasDF) com 45% implantando e em andamento para os primeiros meses de 2018 a publicação de portaria de sua implantação.
- Sistema de Almoxarifado e Materiais (e-SUPRI) com 77% implantado e em andamento as integrações com o sistema de controle financeiro da SEF-DF.
- Sistema de Gestão de Contratos (e-ContratosDF) - 100% de implantação no ambiente de homologação – encontra-se disponível para o ambiente de produção, na SEPLAG e SEF, com efetiva disponibilização para os órgãos e entidades do GDF a partir de maio/2018, de forma escalonada e mediante estabelecimento de cronograma a ser definido pela SEPLAG.

Com relação ao marco legal do COMPRASDF, encontra-se em processo de atualização as normas jurídicas atinentes ao ciclo de compras públicas, cuja demanda foi identificada em 2017 e a implementação constitui uma atividade contínua, na medida das prioridades do Programa.

Na linha do Desenvolvimento de fornecedores, a parceria com o SEBRAE/DF já disponibilizou um sistema de cadastramento de fornecedores e o primeiro semestre do ano de 2018 será decisivo para o cumprimento das metas de ampliação na presença do segmento, nas compras governamentais do GDF.

A Coordenação de Administração de Contratos e Convênios – CACC, assinala como metas para o exercício de 2018 o levantamento de requisitos e a customização do sistema e-Contratos, em vias de disponibilização, adaptando as funções à realidade do COMPRASDF e implantar no ambiente de produção, realizar o cadastramento dos contratos vigentes sob gestão desta pasta como piloto e até o fim do ano, expandir às demais Unidades Gestoras do Governo de Brasília. A pasta aponta, também, para a urgência, em 2018, de uma definição regimental, visando maior clareza dos papéis das unidades da SCG e das áreas demandantes, o que irá contribuir para a agilidade na resolução de problemas, muitas vezes de simples solução.

GESTÃO ESTRATÉGIA - SUPPE

Principais problemas identificados

Durante o ano de 2017, a atuação institucional desta Subsecretaria foi desempenhada a contento, muito embora tenha sido dificultada por uma série de percalços de logística e estrutura, destacando-se:

- Falhas na central telefônica instalada na sede da subsecretaria, que não conta com contrato de manutenção e tem limitações tecnológicas, por ser uma central analógica (em diversas ocasiões, os servidores tiveram que contar com serviços de telefonia particular para estabelecer contatos a serviço);
- Falta de manutenção predial e do gerador de energia: a sede da Subsecretaria funciona em uma casa própria reformada e adaptada para funcionar como uma Central de Monitoramento no Lago Sul, contando com gerador de energia e, devido à falta de contrato de manutenção, os reparos necessários ao bom funcionamento da sede foram arcados com recursos cotizados pelos próprios servidores (ex.: manutenção do portão eletrônico, serviços de solda, lavagem da caixa d'água, troca de velas do filtro de água, manutenção do telhado, compra e troca de lâmpadas, reparos na rede elétrica);
- Computadores: máquinas antigas, com defasagem tecnologia que não atendem mais a contento a necessidade da SUPPE;
- Rede lógica: lentidão e interrupção do sinal com certa frequência.

GESTÃO DE CONTRATOS CORPORATIVOS – SUCORP

Realizações

A Subsecretaria de Gestão de Contratos Corporativos – SUCORP-SEPLAG, em 2017, aprimorou a gestão dos contratos corporativos, os quais, por meio dos serviços contratados, possibilitam a manutenção cotidiana de órgãos e entidades e contribuem para que esses possam realizar as suas atividades-fins.

Em razão desses contratos, em órgãos e entidades atendidos, houve a prestação de um ou mais dentre os seguintes serviços: vigilância, brigada contra incêndio e pânico e limpeza, asseio e conservação. Ainda, houve o atendimento das necessidades relativas a serviços de telecomunicações e dados móveis, bem como foi possibilitada a inserção de estagiários. Além disso, houve a disponibilização de veículos, próprios ou locados, para diversos órgãos, bem como a gestão dos abastecimentos desses veículos e das manutenções dos veículos próprios.

Perspectivas e Projetos Estratégicos para 2018

- **Desenvolvimento/Implantação do Sistema de Fiscalização de Contratos Corporativos (SFCC) em parceria com a SUTIC e SCG**
 - a) Situação atual: módulo de "Relatório Circunstanciado" foi concluído para os contratos de Brigada Civil, Vigilância e de Limpeza, Asseio e Conservação. Estão em desenvolvimento os módulos "Relatório Analítico" e "BI";
 - b) Previsão de conclusão: desenvolvimento/implantação do módulo de "Relatório Circunstanciado" para os demais contratos da SUCORP e desenvolvimento dos módulos "Relatório Analítico" e "BI" para os contratos de Brigada Civil, Vigilância e de Limpeza, Asseio e Conservação: julho de 2018.
- **Atualização dos processos de Gestão de Transportes Logísticos e Táxi GOV**

- a) Situação atual: atualização dos processos concluída em julho de 2017;
- b) Previsão de conclusão: início da utilização do Táxi GOV prevista para julho de 2018.

▪ **Atualização do Manual de Execução de Contratos**

a) Situação atual: foi proposta, pela SUCORP, minuta de decreto que visava estabelecer atribuições e competências dos órgãos e das entidades da Administração Pública do Distrito Federal no que se refere à supervisão, à coordenação, ao acompanhamento e à fiscalização da execução dos contratos corporativos da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal. Tal proposição é objeto do processo SEI nº 00410-00011467/2016-38. Por orientação da Assessoria Jurídico-Legislativa da SEPLAG, o contido na minuta citada foi transferido para uma minuta de Instrução Normativa, a qual ainda está em tramitação;

b) Previsão de conclusão: março de 2018 para todos os temas de contratos corporativos já em execução.

Além dos projetos estratégicos citados, será continuado o trabalho de capacitação das comissões executoras e dos executores locais, visando dar continuidade ao aprimoramento da gestão dos contratos corporativos. A previsão é capacitar 600 executores até dezembro de 2018, sendo 300 em cursos com 40 horas de duração e 300 em cursos com 8 horas de duração.

SUBSAÚDE

Perspectivas e Projetos para 2018

- Finalização do projeto SIAPMED "Prontuário Eletrônico";
- Obtenção de dados epidemiológicos em tempo real;
- Interação com as equipes de Medicina do trabalho no subsidio de informações;
- Capacitação da equipe para produção de relatórios e estudos científicos;
- Elaboração de boletins epidemiológicos da situação de saúde dos servidores;
- Implantação da Sala de Situação;
- Execução dos exames periódicos para diminuir índice de absenteísmo dos servidores;
- Realização de procedimentos operacionais e capacitação dos núcleos de saúde com o objetivo de mapear os processos e redução do tempo para conclusão dos processos

ADMINISTRAÇÃO GERAL - SUAG

Principais problemas identificados

➤ **Referentes à Gestão de Pessoas**

A adesão dos servidores para a participação nas ações de capacitação e desenvolvimento ainda é baixa, apesar da relevância dos temas e da competência dos instrutores.

➤ **Referentes à Arquitetura e à Manutenção Predial**

Ausência de contrato de manutenção preventiva e corretiva no âmbito desta Pasta;

Ausência de Ata de Registro de Preço específica para compra dos materiais de manutenção da SEPLAG.

➤ **Referente à Gestão de Bens Inservíveis**

Falta de espaço definitivo para recolhimento dos bens inservíveis do GDF.

➤ **Referente à Gestão dos Imóveis da SEPLAG**

Faz-se necessário um sistema informatizado de gestão, com maior abrangência para o controle dos imóveis da carga da SEPLAG e, conseqüentemente, há necessidade de uma estrutura orgânica com uma equipe maior para vistoria e acompanhamento dos imóveis;

Dificuldades em se obter as certidões e as matrículas cartoriais dos imóveis sob a responsabilidade desta Pasta.

➤ **Referentes aos procedimentos disciplinares e às tomadas de contas especiais**

Há necessidade urgente de serem constituídas pelo menos 2 (duas) Comissões permanentes, compostas por (3) servidores estáveis e 1 (um) suplente, cada, para conduzirem os trabalhos de investigação e responsabilidade funcional, bem como o ressarcimento ao erário por meio de Tomada de Contas Especial.

Perspectivas e Projetos Estratégicos que serão trabalhados no ano de 2018

➤ **Pesquisa de Clima Organizacional**

A SEPLAG já possui um histórico de mensuração do clima organizacional, tendo sido realizado em 2 (dois) cenários, a saber: SEPLAG, SEPLAG + SEGAD, após a junção dessas Secretarias.

Essa nova intervenção se dará após 2 (dois) anos da última aplicação. Isso permitirá fechar um ciclo de gestão evidenciando o legado acerca do clima organizacional na SEPLAG.

➤ **Programa de Qualidade de Vida**

As ações do Programa de Qualidade de Vida já vem sendo realizadas há 3 (três) anos. A cada ano são incluídas novas propostas, melhorando cada vez o Programa.

Para 2018 serão incorporadas novas ações advindas dos planos de ação que são gerados a partir das pesquisas realizadas.

➤ **Sala do Servidor**

Para 2018 contaremos com uma sala de convivência que será multifuncional: a sala do servidor, a sala de capacitação e a sala de eventos.

Esse espaço será fundamental para a realização das ações previstas para 2018 e já sana muitos dos entraves encontrados em 2017.

➤ **Anjos da SEPLAG**

Em 2018 a SEPLAG contará com uma equipe que se disponibilizou a ser anjo/mediador de ações de voluntariado.

A proposta é que o grupo visite instituições, proponha ações e inicie campanhas internas das mais diversas frentes, num movimento dialético de doar e se doar, incentivando os servidores a melhorarem a sua saúde social e espiritual.

Essas perspectivas foram apontadas na pesquisa de saúde como sendo as com maior necessidade de melhoria.

➤ **Café com a Gestão de Pessoas**

Serão realizados, no início de 2018, encontros de servidores com a Gestão de Pessoas, a fim de serem levantadas propostas no sentido de melhorar não só a gestão, mas a qualidade de vida e a motivação dos servidores.

➤ **Publicar o Guia de Acervo sob Custódia do NUGED**

O Guia de Acervos do NUGED visa informar, orientar e aprimorar o atendimento aos servidores e cidadãos interessados em informações constantes dos documentos por ele custodiados.

Sua elaboração encontra-se em andamento. Dados sobre os diversos órgãos foram levantados utilizando-se por base os normativos de sua constituição, alteração e extinção. Encontra-se em levantamento dados reais sobre os acervos. A elaboração do Guia terá continuidade em 2018.

➤ **Publicar o Manual de Gestão de Documentos Administrativos do Governo do Distrito Federal (documentos e processos físicos)**

O Manual tem por objetivo uniformizar o tratamento dispensado aos documentos e processos físicos no âmbito do Governo, principalmente nesse momento de transição para um novo sistema, o SEI.

O Manual encontra-se finalizado, conforme processo 00410-00012663/2017-19, inclusive tendo sua edição e formatação realizadas pela Escola de Governo (EGOV) e sua capa idealizada pela Assessoria de Comunicação (ASCOM).

➤ **Revisar e publicar o Manual de Comunicação Oficial do Governo do Distrito Federal**

Foi instituído por meio da Portaria n.º 39, de 15 de agosto de 2017, sendo coordenado pela CDOC. Estão sendo realizadas reuniões e o Manual tem data prevista de lançamento em 2018.

➤ **Realizar o Fórum da REPROT-DF**

A fim de consolidar no Fórum as discussões, para implementação de ferramentas e de processos de melhorias, apresentações de cases de modernização da gestão documental nos órgãos da Administração Direta e Indireta do GDF.

Criar assessoria especializada dentro da SUAG, responsável pelos procedimentos de apuração de responsabilidade de servidor e de Tomada de Contas Especial.

➤ **Estruturar o Depósito de Bens Inservíveis**

Estruturação de novo depósito de bens inservíveis, visando solucionar definitivamente a demanda da guarda de bens inservíveis no âmbito do GDF, considerando a transferência do depósito de Bens Inservíveis/SEPLAG, elencado no Anexo único da Lei citada, entre os imóveis que serão transferidos ao IPREV.

➤ **Firmar Contrato de Manutenção Predial**

Contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão-de-obra, na forma estabelecida nas planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada SINAPI.

O objeto abrange os imóveis sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAG e da Secretaria da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais – CACI.

Os serviços deverão ser prestados nos endereços relacionados no Anexo I, do Termo de Referência 3 (5288381) do Processo SEI 00410-00013817/2017-81 – Relação de Imóveis e em outros endereços de imóveis sob responsabilidade ou que vierem a ser incorporados futuramente pelas Secretarias citadas no parágrafo anterior.

➤ **Implantar o Sistema de Energia Solar Fotovoltaica**

Implantação do sistema de captação de energia solar por células fotovoltaicas no Palácio do Buriti e na Escola de Governo, com auxílio de representante da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal-METRÔ/DF na composição de comissão técnico-administrativa, no sentido de colaborar na elaboração do Termo de Referência.

➤ **Concluir a obra para a recuperação da laje do Edifício Anexo do Palácio do Buriti**

Conclusão da obra para a recuperação da laje do Edifício, executada pela NOVACAP, contemplando os serviços de demolição, retirada de demolição e vestiários do subsolo.

- Reorganizar e definir as atividades inerentes ao Sistema Integrado de Malotes.
- Reorganizar a gestão de documentos com a visão eletrônica decorrente da conclusão da implantação do SEI.
- Realizar curso do SICOP na modalidade EAD com vistas a orientar o usuário no trato com o processo legado, após a implantação do SEI.
- Modernizar o sistema do CFTV, com o objetivo de melhorar o monitoramento e a vigilância no Edifício Anexo do Palácio do Buriti.
- Implantar a Brigada voluntária e realizar exercício de evacuação do Edifício.
- Construir o bicicletário com vestiários para os usuários. Aditivo do Processo aprovado. Previsão de conclusão Abril/2018.
- Viabilizar a criação de um Sistema de Gestão Patrimonial do Distrito Federal.